



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2023

ATA NÚMERO DOZE/DOIS MIL E VINTE E TRÊS

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOÃO NEVES**
- 6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 14 - INFORMAÇÕES . SR. VICE-PRESIDENTE**
- 15 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 17 - PROPOSTA N.º. 328/23 - UPGO - P.º. 2023/12-DGEP - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS NO CONCELHO, POR LOTES - DECISÃO DE CONTRATAR E ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO, POR CONCURSO PÚBLICO, POR LOTES - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI**
- 18 - PROPOSTA N.º. 348/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 6.ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**

- 19 - PROPOSTA Nº. 349/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES, PARA FAZER FACE A DESPESAS CORRENTES E DE FUNCIONAMENTO**
- 20 - PROPOSTA Nº. 350/23 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 5/2003, SOLICITADA POR “VC PRIME ESTATE, S.A.”, REFERENTE À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO “SMARTPARK”, LOCALIZADA EM CARNAXIDE**
- 21 - PROPOSTA Nº. 351/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ESCOAMENTO NA FOZ DA RIBEIRA DA JUNÇA, NO DAFUNDO, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD Nº. 72-SIMAS/2023**
- 22 - PROPOSTA Nº. 352/23 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DA RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO “MICROSOFT” POR UM PERÍODO DE 3 ANOS - PD Nº. 78-SIMAS/2023**
- 23 - PROPOSTA Nº. 353/23 - SIMAS - CP 20168/2020 - 11ª. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA NO ÂMBITO DA EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD Nº. 80-SIMAS/2023**
- 24 - PROPOSTA Nº. 354/23 - DMEDSC - OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M. - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS “IN HOUSE”, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS, RECREATIVOS E DESPORTIVOS PARA O ANO DE 2023**
- 25 - PROPOSTA Nº. 355/23 - DPU - P2/2006/23 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 10/2007 - SOLICITADO POR “ÍNDICE PLURAL, UNIPESSOAL, LDA.”,**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

SITO EM LINDA-A-VELHA

- 26 - PROPOSTA Nº. 356/23 - DPE - CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES AO CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE MENTAL - PAÇO DE ARCOS**
- 27 - PROPOSTA Nº. 357/23 - DPE - Pº. 08/DPE/2022 - AUDITÓRIO EUNICE MUÑOZ - SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA E TRABALHOS DIVERSOS - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA**
- 28 - PROPOSTA Nº. 358/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO MACEDO, Nº. 3, R/C DTO., NO BAIRRO DO POMBAL**
- 29 - PROPOSTA Nº. 359/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA GASPAR DE LEMOS, Nº. 5, R/C DTO., NO BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA**
- 30 - PROPOSTA Nº. 360/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO MOVIMENTO DE DEFESA DA VIDA (MDV), PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO “PROJETO FAMÍLIA”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE PORTO SALVO, NO ÂMBITO DO PRR**
- 31 - PROPOSTA Nº. 361/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PALCO UNÂNIME, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “BAIRRO ENCENA”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE CARNAXIDE E QUEIJAS, NO ÂMBITO DO PRR**
- 32 - PROPOSTA Nº. 362/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PALCO UNÂNIME, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “BAIRRO ENCENA”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE PORTO SALVO, NO ÂMBITO DO PRR**
- 33 - PROPOSTA Nº. 363/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À**

ORQUESTRA DE CÂMARA PORTUGUESA, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “SEMENTES”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE PORTO SALVO, NO ÂMBITO DO PRR

34 - PROPOSTA Nº. 364/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO QUERCUS, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “EDUCAR PARA CUIDAR”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE PORTO SALVO, NO ÂMBITO DO PRR

35 - PROPOSTA Nº. 365/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO MOVIMENTO DE DEFESA DA VIDA (MDV), PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO “PROJETO FAMÍLIA”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE CARNAXIDE E QUEIJAS, NO ÂMBITO DO PRR

36 - PROPOSTA Nº. 366/23 - DGREAE - TRANSPORTES ESCOLARES 2022/2023 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE TRANSPORTE AOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO PARA FREQUÊNCIA DE ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

37 - PROPOSTA Nº. 367/23 - UJ - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CUSTOM CIRCUS, PARA A REALIZAÇÃO DA 14ª. EDIÇÃO “OEIRAS BAND SESSIONS”

38 - PROPOSTA Nº. 368/23 - UJ - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS 1278 DE BARCARENA PARA AS COMEMORAÇÕES DO 100º. ANIVERSÁRIO DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS, EM BRAGA

39 - PROPOSTA Nº. 369/23 - UJ - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À PROATLÂNTICO - ASSOCIAÇÃO JUVENIL PARA A REALIZAÇÃO DA IIª. EDIÇÃO DA MOSTRA GASTRONÓMICA - TU ÉS A EUROPA

40 - PROPOSTA Nº. 370/23 - UJ - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO



**Câmara Municipal
de Oeiras**

**CLUBE RECREATIVO LEÕES DE PORTO SALVO, PARA A REALIZAÇÃO DO
“OEIRAS GAMING 2023”, NO ÂMBITO DO MÊS DA JUVENTUDE**

- 41 - PROPOSTA Nº. 371/23 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
EIA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, S.A., PARA APOIO À
REALIZAÇÃO DA “ATLÂNTICA AEROWEEK 2023”, PELA AEROATLA - NÚCLEO DE
ENGENHARIA AERONÁUTICA, DA UNIVERSIDADE ATLÂNTICA**
- 42 - PROPOSTA Nº. 372/23 - GCAJ - INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO
REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NACIONAIS DOS PAÍSES AFRICANOS DE
LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA**
- 43 - PROPOSTA Nº. 373/23 - GCAJ - APROVAÇÃO DO PROJETO DO REGULAMENTO
MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E DE MÉRITO A
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR RESIDENTES NO CONCELHO DE OEIRAS,
SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA**
- 44 - PROPOSTA Nº. 374/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
IRMANDADE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA ROCHA PARA REALIZAÇÃO
DAS CELEBRAÇÕES EM HONRA DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA ROCHA**
- 45 - PROPOSTA Nº. 375/23 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE
VERBA A ENTIDADE PARCEIRA - NÚCLEO DE INSTRUÇÃO DE BENEFICÊNCIA**
- 46 - PROPOSTA Nº. 376/23 - GATPI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
À ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE DOM HENRIQUE, NO ÂMBITO DA
INICIATIVA “POLIEMPREENDE”**
- 47 - PROPOSTA Nº. 377/23 - GCAJ - AQUISIÇÃO DE UM CONJUNTO DE IMÓVEIS EM
TALAÍDE - ANTIGA QUINTA DE SANTA BÁRBARA - APROVAÇÃO DA MINUTA DA
ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA**

- 48 - PROPOSTA Nº. 378/23 - GAP - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO NÃO HABITACIONAL COM A ASSOCIAÇÃO SPORT ALGÉS E DAFUNDO, REFERENTE AO “FOYER” DO ANTIGO “CINEMA STADIUM”, SITO NA AV. DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, NºS. 88, 88-A, 92, 92-A E RUA LUÍS DE CAMÕES, N.S 19, 19-B E 19-E DA EXTINTA FREGUESIA DE ALGÉS**
- 49 - PROPOSTA Nº. 379/23 - SMPC - SEMANA DA PROTEÇÃO CIVIL 2023 - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE BONS SERVIÇOS A AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL**
- 50 - PROPOSTA Nº. 380/23 - UPGO Pº. 2021/97-DCAD - “PINTURAS DIVERSAS EM ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE IMÓVEIS MUNICIPAIS” - APROVAÇÃO DE REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA**
- 51 - PROPOSTA Nº. 381/23 - DOM - Pº. 2021/43-DEM - PISCINA MUNICIPAL DE BARCARENA - REQUALIFICAÇÃO - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS EXTRAORDINÁRIA**
- 52 - PROPOSTA Nº. 382/23 - UPGO - Pº. 2023/6-DEM - REABILITAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE ALGÉS, APÓS AS INUNDAÇÕES DE DEZEMBRO - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO E NOMEAÇÃO DO RESPETIVO GESTOR**
- 53 - PROPOSTA Nº. 383/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 7ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 54 - PROPOSTA Nº. 384/23 - GCI - ACORDO DE COLABORAÇÃO E PARCERIA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A MAGELLAN 500**
- 55 - PROPOSTA Nº. 385/23 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À MAAC - MÚSICA ANTIGA ASSOCIAÇÃO CULTURAL, PELA PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO “XVI WEST COAST EARLY MUSIC FESTIVAL 2023, EM OEIRAS”**
- 56 - PROPOSTA Nº. 387/23 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**



Câmara Municipal
de Oeiras

À ROAD 21 - PORTUGAL CLASSIC ASSOCIATION PARA A REALIZAÇÃO DA “FIVA WORLD RALLY PORTUGAL 2023” - APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS

57 - PROPOSTA Nº. 388/23 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES RELATIVOS À PROGRAMAÇÃO CULTURAL REGULAR PARA O MÊS DE MAIO 2023 NO AUDITÓRIO MUNICIPAL RUY DE CARVALHO E DEFINIÇÃO DA ENTIDADE PARA QUEM REVERTE A RECEITA PRODUZIDA COM A SUA VENDA

58 - PROPOSTA Nº. 389/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO, NO ÂMBITO DO PROJETO DO NOVO QUARTEL

59 - PROPOSTA Nº. 386/23 - DPU - P2/2020/16 - LICENCIAMENTO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO NO ALTO DO LAGOAL, REQUERIDO POR “THE SILVERMONT INVESTMENTS, UNIPessoal, LDA.”

60 - PROPOSTA Nº. 265/23 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 17/2022, TENDO COMO APENSO O PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 22/2022

61 - PARECER SOBRE AS VOTAÇÕES EM PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO RELATIVAS ÀS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS

62 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2023 -----

----- ATA NÚMERO DOZE/DOIS MIL E VINTE E TRÊS -----

----- Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutor João Carmo da Silva Anacleto Neves e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e dezoito minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves. -----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número sete, de dois mil e vinte e três, de vinte e dois de março, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Susana Duarte. -----

----- Não participaram na votação os Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Ana Filipa Laborinho e João Neves por não terem estado presentes na reunião, nos

termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----E ata número nove, de dois mil e vinte e três, de dez de abril, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto e Carla Rocha. -----

-----Não participaram na votação as Senhoras Vereadoras Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Senhor Vereador João Neves por não terem estado presentes na reunião, nos termos do artigo trigésimo quarto, número três, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. - -----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e três a trinta de abril de dois mil e vinte e três, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e três, constatando-se um saldo orçamental positivo de dezoito milhões duzentos e vinte e oito mil quatrocentos e sessenta e oito euros. -----

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número duzentos e nove, dando conhecimento que na reunião de dezoito de abril apreciou a informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade do Município - fevereiro e março de dois mil e vinte e três.-----

-----Número duzentos e dez, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O.



Câmara Municipal
de Oeiras

número duzentos e sessenta e nove, de dois mil e vinte e três - UPAG - Isenção de taxas do evento “Queijos portugueses no mercado”, no mercado de Algés, nos dias vinte e oito e vinte e nove de abril, na qual deliberou por maioria com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com um voto contra do Partido Iniciativa Liberal e uma abstenção do Partido Chega, autorizar a isenção do pagamento de taxas referente ao evento “Queijos Portugueses no Mercado”, no Mercado Municipal de Algés, nas datas de vinte e oito e vinte e nove de abril, no valor de duzentos e quarenta e oito euros e trinta e dois cêntimos. -----

----- Número duzentos e onze, dando conhecimento que na reunião de dezoito de abril apreciou a proposta de deliberação número duzentos e setenta e quatro, de dois mil e vinte e três - GMA - Relatório do quarto trimestre de dois mil e vinte e dois, da Parques Tejo, Empresa Municipal. -----

----- Número duzentos e doze, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número duzentos e setenta e oito, de dois mil e vinte e três - DOT - Declaração de interesse público municipal para a instalação da academia Aga Khan Lisboa, no Concelho de Oeiras, na qual deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com

sete votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, declarar o relevante interesse público municipal da instalação no território do Município de Oeiras da Academia Aga Khan, na localização pretendida pelo Imamat Ismaili, como suporte do contexto de exceção que enquadre a subsequente elaboração de um Plano de Pormenor, com efeitos registrais, e, atendendo às especificidades da reclassificação do solo necessárias para assegurar o adequado enquadramento Urbanístico da instalação da Academia Aga Khan e das infraestruturas e funcionalidades complementares, adequadas para a respetiva integração urbana. -----

-----Número duzentos e treze, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número duzentos e noventa e três, de dois mil e vinte e três - DE - Aprovação da composição do Conselho Municipal de Educação de Oeiras (CMEO) - Mandato dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com vinte e sete votos a favor, sendo dez do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a constituição do Conselho Municipal de Educação de Oeiras - mandato dois mil e vinte e um/dois mil e vinte e cinco. -----

5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOÃO NEVES: -----

-----O **Senhor Vereador João Neves** informou a Câmara do seguinte: -----

-----“No período Antes da Ordem do Dia tínhamos vários pontos que gostaríamos de trazer, começando pelo Relatório de Avaliação de Direito de Oposição, lamentamos antes de mais que este relatório só tenha sido enviado à Vereadora Carla Castelo no dia vinte e quatro de



Câmara Municipal
de Oeiras

abril, quando a lei prevê que seja concluído até ao final de março.-----

----- Lamentamos também que ultrapassado o prazo legal o relatório não tenha sido ainda enviado aos restantes titulares desse Direito de Oposição, que terão de ter acesso ao mesmo para se poderem pronunciar.-----

----- Gostaríamos de saber porque não foi ainda dado conhecimento do relatório aos restantes titulares de Direito de Posição e requeremos que o seja feito o quanto antes. -----

----- Esperamos ainda que o pronunciamento dos titulares do Direito de Oposição seja incluído no relatório e que o mesmo seja discutido aqui, ao contrário, do que vergonhosamente sucedeu no passado, porque vamos voltar a requerer e, finalmente, que o mesmo seja publicado na íntegra no Boletim Municipal como está previsto no Estatuto do Direito de Oposição. -----

----- A Vereadora Carla Castelo remeteu para o Gabinete do Senhor Presidente, respeitando o prazo dos dez dias a que estava obrigada, o seu pronunciamento detalhado, demonstrando que não foram assegurados os direitos previstos no estatuto por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e do restante Executivo Municipal. -----

----- O segundo ponto que trazíamos, era o ponto de situação da contratação da empresa para fazer auditoria externa à Município, sabemos que há aqui uma reafecção orçamental para este efeito, mas ainda assim, vimos solicitar que nos seja feito o ponto de situação à data de hoje do processo de contratação dessa empresa para fazer auditoria externa, se já está feito o caderno de encargos, qual a forma de contratação, se será concurso público, quando se prevê que seja lançado, aproveitamos também para requerer que o mesmo nos seja enviado. -----

----- A propósito da Município o que se passa com a publicação das Contas, pois já estamos em maio e ainda não foi ainda publicado.-----

----- O terceiro ponto, tem a ver, e é um ponto que vemos em vários itens que vamos ter hoje, que é a publicação dos Relatórios de Ponderação da Consulta Pública, neste caso, respeitante à Unidade de Execução de Cacilhas Norte, o que está partilhado na página respetiva

no “site” do Município, não tem essa informação, tem apenas uma informação dos Serviços que remete para anexo para esse relatório, mas esse não está lá, solicitamos então assim que seja publicado no portal, bem como, todos outros relatórios que não estão publicados.-----

-----Recordo-me da última e primeira vez que cá estive da enumeração vasta dos pedidos de requerimentos que a Vereadora Carla Castelo fez, mas é este tipo de ausência de informação que nos leva a fazê-los. -----

-----Quarto ponto, saber se já foram iniciados contactos com a Brisa para ser criado um corredor “BUS” na A Cinco, conforme boa intenção, acrescento eu, anunciada pela Vereadora Joana Baptista na apresentação pública dos Planos de Mobilidade Urbana Sustentável de Acessibilidades no Município de Oeiras, urgem medidas para a promoção de utilização de transporte público, nomeadamente esta, a da criação de corredores “BUS” incluindo na A Cinco, pelo menos entre Oeiras e Lisboa.-----

-----Sublinhar também a importância do acompanhamento próximo de serviço da operadora, no âmbito da Carris Metropolitana, continua-nos a chegar muitas queixas de utentes e, obviamente, a Câmara e os Municípios servidos pelo operador têm a responsabilidade de questionar e pressionar esse operador para que o serviço seja de qualidade. -----

-----Lamenta-se também que os percursos não tenham sido definidos com um processo participativo dos cidadãos, da população. -----

-----Quinta questão, se já está colocado o Painel de Aviso de Licenciamento de Obras junto à obra de construção da sede do Novo Banco, situação para a qual a Vereadora Carla Castelo alertou na reunião do passado dia dezanove.-----

-----Por fim, pedir um ponto de situação do património do Paço Real de Caxias, a degradar-se, estando perto o projeto de estacionamento da Quinta Real de Caxias, anunciado como promessa de campanha pelo INOV, quer em dois mil e dezassete, quer em dois mil e vinte e um. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Questionar se já existe um calendário para a recuperação desse património para utilização pela Hotelaria e Turismo, parece ser o fim que se pretende dar e aproveitar para saber se já foi posta de parte a ideia nefasta de fazer um parque de estacionamento dentro dessa Quinta Real de Caxias à beira da Ribeira de Barcarena, o Senhor Presidente não voltou a falar no assunto, esperemos que isso signifique que tenha compreendido o erro grave que tal constituiria e um atentado contra o imóvel de elevado valor patrimonial. -----

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “Começo pela atividade no âmbito do Gabinete da Vereação do Partido Socialista. ---

----- - No dia dezanove de abril, participei na Primeira Conferência Cultura em Rede, uma grande iniciativa em conjunto com a Área Metropolitana de Lisboa e que teve a sua primeira grande iniciativa aqui no Concelho de Oeiras, isto, de facto, é um bom sinal para a cultura. -----

----- - No dia vinte e um, estive no lançamento da primeira pedra do Programa Habitacional Parque da Junça, portanto, mais uma iniciativa do Município para responder àquilo que são as necessidades de habitação da população de Oeiras.-----

----- - No dia vinte e dois, estive na inauguração do Pavilhão do Grupo Desportivo Unidos Caxienses. -----

----- - No dia a vinte e cinco, para além das festividades do Vinte e Cinco de Abril, estive na inauguração da Academia dos Champs.-----

----- - No dia vinte e sete, ocorreu a inauguração do Auditório José de Castro. -----

----- - No dia vinte e nove, assisti à Sessão Solene Comemorativa do Septuagésimo Quarto Aniversário da SERUL - Sociedade de Educação e Recreio “Os Unidos de Leceia”. -----

----- Queria também aproveitar este ponto antes da ordem do dia, para dar nota que reuni com a líder do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Oeiras, Alexandra Tavares de

Moura, reuni com os petionários sobre o estacionamento tarifado na zona do Parque dos Poetas, nessa sequência, enviámos algumas perguntas ao Senhor Presidente da Parques Tejo, falei também com o Senhor Presidente e com a Senhora Vereadora Joana Baptista e fui informada de que na sequência de uma visita com o Senhor Presidente foi realizado um estudo junto dos residentes e comerciantes sobre a instalação destes parquímetros naquela zona, sei que já existem alguns resultados que estão a ser trabalhados e que na próxima semana a solução será avaliada entre o Município e a Parques Tejo, aguardamos assim mais informações sobre o ponto de situação deste processo e, naturalmente, sobre a resposta ao email que enviamos.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR:-----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** iniciou o seu ponto de informações, dando conta do seguinte:-----

-----“Eu não estive presente na última reunião de Câmara, por isso, Senhor Presidente, se me permite, eu vou fazer referência às participações e informações, onde estive neste último mês.

-----O mês de abril é o mês de referência, no âmbito da saúde e, assim sendo, no dia sete de abril, comemorou-se o Dia Mundial da Saúde e à semelhança de outros anos o Município associou-se a esta comemoração e promoveu um leque de iniciativas junto da população e entidades parceiras.-----

----- - Ainda neste dia, foi divulgado um vídeo alusiva à política municipal em matéria de promoção da saúde.-----

----- - No dia doze, realizou-se mais uma Comissão Municipal de Saúde, a segunda este ano, onde foram apresentadas as várias iniciativas do Município, no âmbito da saúde, o Plano Local de Saúde pelo Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Ocidental e a informação do ponto de situação relativo ao processo avaliativo das condições de transferência de Competências da Administração Central para os Municípios em matéria de saúde.-----

----- - Ainda em matéria de promoção da saúde, no dia catorze, estive presente na



Câmara Municipal
de Oeiras

abertura da Feira da Saúde Cuidar da Saúde, no Oeiras Parque, com a dinamização e com rastreios diversos. -----

----- Ainda no âmbito dos rastreios:-----

----- De onze a catorze de abril, foram realizados diversos rastreios de doenças sexualmente transmissíveis, como seja, VIH, Sífilis e Hepatites Víricas, no contexto do Projeto Diagnosticar Precocemente na linha de Cascais e Oeiras e “Fast - Track Cities” da responsabilidade da Associação Ser Mais. -----

----- - No dia dezasseis, participei nas aulas de “Chi Kung” e de Yoga abertas a toda a comunidade no Parque dos Poetas, cujo objetivo, é sensibilizar para a importância da prática de exercício físico, para a saúde e bem-estar dos nossos munícipes. -----

----- - No dia dezassete, estive presente em representação do Município de Oeiras na Assembleia Intermunicipal da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.-----

----- Teve lugar em Torres Vedras e um dos temas principais de análise e reflexão conjunta foi a transferência de competências na área da saúde e unidades locais de saúde e o papel dos Municípios. -----

----- - Em matéria de ação social, dia doze, participei na primeira reunião do Núcleo Local de Inserção, assegurada a partir de agora pelo Município com a transferência de competências no âmbito da ação social, onde estiveram presentes várias entidades parceiras no âmbito dos acordos de Rendimento Social de Inserção.-----

----- O NLI - Núcleo Local de Inserção é constituído por representantes da Segurança Social, do IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, da Educação, da Saúde e as IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social que dinamizam o Rendimento Social de Inserção. -- -----

----- - No dia quinze, estive presente em representação do Senhor Presidente na comemoração do trigésimo quinto aniversário da Associação Apoio, que desenvolve um trabalho

social notável, através de várias respostas sociais que disponibilizam o apoio à população mais idosa e dependente. -----

-----Foi ainda homenageado a título póstumo o associado Manuel Gerardo pelos relevantes serviços solidários prestados à APOIO e ao nosso Município.-----

----- - Entre dezoito e vinte de abril, foi com enorme gosto e alegria que participei e acompanhei cerca de trinta munícipes, entre seniores com mobilidade condicionada a outras patologias, inclusive demências e os seus cuidadores, em três dias de passeios e de convívio, é uma medida muito importante do Município de Oeiras, no âmbito do Turismo Sénior, porque proporciona aos cuidadores informais descanso e é uma medida muito relevante e é de enaltecer o trabalho dos técnicos que acompanham estes grupos pela importância de cuidar de quem cuida, que é o nosso papel aqui no Município, que é cuidar de quem cuida. -----

----- - No dia vinte e um, estive presente na cerimónia de lançamento da primeira pedra de Programa Habitacional Parque da Junça, com certeza que o Vereador Nuno Neto e a Vereadora Carla Rocha irão falar mais em detalhe.-----

----- - No dia vinte e dois, estive presente na inauguração do Pavilhão do Grupo Desportivo os Unidos Caxienses e na fantástica feijoada do Senhor Presidente, que mais uma vez nos agraciou com este momento. -----

----- - No dia vinte e cinco, estive presente nas cerimónias protocolares do Vinte e Cinco de Abril e também na visita à Academia de Champs. -----

----- - No dia vinte e seis, houve mais uma sessão plenária do CLAS, a quadragésima terceira, é o plenário da Rede Social de Oeiras, onde foram apresentadas as fases de execução do Plano de Desenvolvimento Social Dezoito/Vinte e Dois e, realmente é extraordinário. -----

-----Quando se ouve tudo o que foi executado nestes anos, é que se percebe a enormidade do trabalho desenvolvido, não só pelo Município de Oeiras, como também por todos os parceiros e todas as pessoas que trabalham nesta área no terreno. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Falámos também do ponto de situação do PDS - Plano de Desenvolvimento Social Vinte e Três/Vinte e Sete e as linhas orientadoras do diagnóstico social de dois mil e vinte e dois que está quase pronto. -----

----- No último ponto, foi apresentada pela equipa do POS as linhas de intervenção, emissão do Programa Oeiras Solidária que é um programa de responsabilidade social das empresas. - -----

----- - Ainda sobre o mês de abril e, para terminar, é importante assinalar que este é o mês de prevenção contra os maus tratos na infância e, mais uma vez, o Município associou-se à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ e a outras entidades, promovendo ao longo do mês várias atividades para alertar e para sinalizar toda a comunidade para a problemática dos maus tratos na infância, tivemos várias iniciativas, como seja, a colocação do laço azul em vários edifícios.-- -----

----- - No dia vinte e sete, houve um ciclo de conferências, Olhar sobre a Infância e Juventude que Desafios para Crianças e Jovens. -----

----- - No dia vinte e oito, as iniciativas que decorreram sobre os maus tratos terminaram com a realização do Laço Azul, uma articulação entre a CPCJ, a Câmara Municipal, a União das Freguesias de Oeiras São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e a PSP.” -----

8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES: -----

----- O Senhor Vereador Armando Soares prestou à Câmara as seguintes informações: -

----- “No dia vinte de abril, teve lugar a primeira edição das “Net Talks” promovidas pelo nosso Município, através do GATPI - Gabinete de Assessoria Técnica e Promoção do Investimento, em conjunto com a NetMentora e a AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa, dirigidos essencialmente a novos empreendedores e pequenos empresários, sendo várias sessões de facilitação de competências técnicas que irão acontecer ao longo do ano, realizadas não só em espaços privados como também em espaços públicos, tendo acontecido esta

primeira exatamente no Oeiras Parque.-----

-----Depois, no dia vinte e um, prosseguindo o projeto do empreendedorismo nas escolas em conjunto com o Departamento de Educação do Município, estive presente na Escola Básica Um Doutor Joaquim de Barros, uma vez mais na aventura do Gaspar e do Sebastião. -----

----- - Passando agora as atividades do dia Vinte e Cinco de Abril onde estivemos presentes todos e onde alguns Vereadores com mais propriedade do que eu, por ser das suas áreas, irão certamente falar disso. -----

-----Desde o dia vinte e sete, que tenho reunido com mais ênfase com as estruturas sindicais e a Comissão de Trabalhadores, no âmbito de um despacho que tem sido divulgado pela Autarquia, relativamente à implementação de turnos e algumas modificações que irão existir a esse nível. - -----

----- - No dia vinte e oito, estive em representação do Senhor Presidente na apresentação da Aliança Portuguesa para a Promoção da Saúde Mental no Local de Trabalho, que contou com a presença do Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, esta apresentação, curiosamente, realizou-se no Dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho, onde também esteve presente a Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho assinalando o presente dia com algumas visitas e ações de sensibilização junto dos nossos funcionários, que já decorrem ao longo do ano, mas que tiveram também uma forma mais enfática, precisamente para assinalar esse dia. --- -----

----- - Destacar o dia um de maio, é feriado, normalmente não falamos assim tanto dele, é um dia de descanso, pelo menos para grande parte dos trabalhadores, não todos, porque também há quem trabalhe nesse dia, mas destacar como Vereador com a pasta dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Oeiras, a importância que esse dia tem exatamente para lembrar as conquistas históricas dos trabalhadores ao longo da história, na luta por melhores condições de trabalho e o combate à precariedade, naturalmente que o Senhor Presidente e todos os colegas



Câmara Municipal
de Oeiras

Vereadores, temos a noção que temos os melhores trabalhadores do mundo, pelo menos para nós é assim que eles são, tanto os antigos como os novos que vão chegando à família da Câmara Municipal, e que este dia seja não só uma oportunidade de descanso para a esmagadora maioria, mas também uma oportunidade para que a luta dos trabalhadores, que é também a nossa, se efetue por melhores condições de trabalho num País que tantas vezes abandona os seus. -----

----- - Da atividade normal do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, dar nota que entraram dezassete novos trabalhadores no mês de abril e saíram dezassete trabalhadores, portanto, o saldo é zero. -----

----- - Prossegue o atendimento descentralizado efetuado nas Oficinas de Vila Fria, enquanto não estamos todos concentrados, num ou dois edifícios, tem havido um esforço da parte dos Recursos Humanos de se deslocarem aos locais e poderem também aí prestar alguns esclarecimentos aos nossos colaboradores que não têm tanta facilidade em dirigir-se aos Serviços.-- -----

----- Têm decorrido as reuniões da Comissão Paritária do SIADAP, este é um ano, daqueles anos difíceis e, no âmbito das reuniões da Comissão Paritária têm estado os avaliados e dirigentes com diversos requerimentos que têm sido respondidos precisamente nessa matéria. ----

----- - Relativamente aos planos de sucessão, que é tema que nos deve preocupar, falamos muitas das vezes na média de idades interna, que se situa nos quarenta e nove anos, isso significa que muitos dos nossos colaboradores já vão com sessenta e tal anos, com muita sabedoria adquirida e é necessário cada vez mais preparar-lhes os planos de sucessão, preparar quem sai e que abandona uma vida inteira de trabalho e que na sua esmagadora maioria muito deu ao Município e deve ter esse reconhecimento e essa preparação e preparar também quem vai substituir porque há muita sabedoria adquirida que se vai perdendo ou que pode perder-se no tempo e que nós não nos podemos dar ao luxo de o fazer, porque a maturidade que o Município apresenta, face aos demais, em vários aspetos, tem precisamente a ver com o seu corpo de

colaboradores que tem muita maturidade, mas é preciso assegurar esses planos de sucessão a fim de que os novos que chegam possam, pelo menos, beber um pouco de sabedoria que já cá estava.

-----Encontra-se em preparação a documentação para um concurso internacional com vista à compra de vestuário profissional.”-----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO: -----

-----O Senhor Vereador Pedro Patacho prestou à Câmara as seguintes informações: ----

-----“Informar esta Câmara que uma e importante instituição parceira do Município de Oeiras e em particular, da nossa Agenda Estratégica para a Ciência, estou a falar do ITQB Nova - Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier, na Quinta do Marquês, houve uma alteração dos corpos diretivos, portanto, o Senhor Doutor Cláudio Soares cessou funções e ingressou na direção do ITQB o Doutor João Crespo e, nesta ocasião, fica registado em ata que me incumbiu o Senhor Doutor Cláudio Soares, por ocasião da sua cessação de funções, de transmitir um grande agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara, pelo trabalho em parceria com a Câmara Municipal, por todo o apoio que o Município de Oeiras tem dado às atividades do ITQB, particularmente no que diz respeito à sua ligação com a comunidade e às atividades de inovação. -- -----

----- - No dia vinte e um de abril, com o Senhor Presidente, tive oportunidade de visitar a Piscina Municipal de Linda-a-Velha, sob gestão da Oeiras Viva, com vista a avaliar o estado de conservação da mesma e preparar a intervenção de reabilitação, uma visita na qual também participaram os Serviços do Departamento de Obras da Câmara Municipal e teria participado a nossa colega Vereadora Joana Baptista, se não estivesse doente naquela altura. -----

----- - No dia vinte e dois, foi um dia muito alegre, já foi aqui referido, a inauguração do Pavilhão dos Unidos Caxienses. Eu gostaria só de sinalizar que quem lá esteve e muitos de nós estivemos lá, testemunhámos isso, uma participação extraordinária da população, portanto, uma adesão massiva da população àquela iniciativa, uma demonstração da força da massa associativa



Câmara Municipal
de Oeiras

dos Unidos Caxienses, não fora outra coisa, que é todo o mérito desportivo daquele projeto que ali está, bastaria apenas isso para nos convencer de toda a justiça e relevância daquele investimento, naquela comunidade e de toda a pertinência, foi uma grande demonstração popular de apoio ao Clube e, como já foi dito, terminou em festa com um belo almoço cozinhado pelo Senhor Presidente. -----

----- - Nesse mesmo dia, recebemos aqui em Oeiras as Olimpíadas Portuguesas da Biologia, estiveram em visita ao nosso Concelho jovens de todo o País, participantes nesta atividade, que é organizada em parceria com o INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária e com o ITQB e com o apoio da Câmara Municipal. -----

----- Certamente o Senhor Presidente falará das comemorações do Vinte e Cinco de Abril, também da inauguração do Auditório José de Castro, deste novo equipamento cultural. -----

----- - No dia vinte e oito de abril nós recebemos em Oeiras, no Templo da Poesia, um seminário organizado pela Associação Memoshoá, relacionado com a memória do Holocausto, tive oportunidade de estar presente, estiveram delegações de cinco países no nosso Concelho reunidas para discutir este tema e foi, de facto, um momento também simbólico, onde se lembrou a necessidade de preservar a memória e continuar a combater contra os inimigos da democracia e da liberdade, tirando lições sábias do passado para tomar boas decisões no futuro. -----

----- Foi interessante conviver com todos os visitantes que aqui estiveram e que adoraram o Templo da Poesia, o Parque dos Poetas, oriundos de diversas nações da Europa, dizendo em uníssono que nunca tinham visto nada igual e elogiaram muito aquele parque e as fantásticas condições de acolhimento. -----

----- - No dia vinte e oito, teve lugar a apresentação do Projeto Mais Polinizadores Mais Biodiversidade, no Município de Oeiras, parabéns à Senhora Vereadora Joana Baptista e ao Departamento de Ambiente, foi uma cerimónia muito interessante, na qual também estive presente e onde testemunhei bem o trabalho que o Município está a fazer. -----

----- - No dia vinte e nove, comemorou-se o septuagésimo quarto aniversário da SERUL - Sociedade Educativa e Recreativa Unidos de Leceia, onde eu estive presente e na qual tive oportunidade de agradecer à Direção o extraordinário trabalho que têm feito na área da cultura, da educação e do desporto, a SERUL ultrapassou os limites territoriais de Leceia, tem hoje uma atividade que chega a todos os pontos do Concelho e que atrai a Leceia gente não só do Concelho, mas também de fora do Concelho e passaram por ali recentemente, cerca de dois mil e quinhentos alunos a realizar várias atividades, porque hoje, a SERUL, como vários clubes e associações do nosso Concelho é um importante parceiro do Programa Oeiras Educa Mais. -----

----- - No dia trinta, celebrámos o Dia do Associativismo Jovem, nessa ocasião, no centro da vila, organizou-se uma Mostra Escutista, na qual participaram não todos, mas uma grande parte dos três agrupamentos de escuteiros do nosso Concelho. -----

----- - No mesmo dia, recebemos no Porto de Recreio de Oeiras uma Prova de Vela Adaptada, que resulta de uma parceria entre a Oeiras Viva e o Clube Desportivo de Paço de Arcos, um clube que na década de oitenta, década de noventa, teve muita atividade náutica, depois abrandou e agora está a recuperá-la, tendo já quarenta atletas ativos e federados na Federação Portuguesa de Vela e que agora com esta parceria também com a Oeiras Viva dá largas à sua atividade, que está em desenvolvimento no Centro Náutico de Paço de Arcos.”-----

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** informou a Câmara do seguinte: -----

-----“Começo por informar sobre a Campanha de Vacinação Antirrábica, que está a decorrer por todo o Concelho entre os dias oito e vinte e três de maio, em doze locais espalhados geograficamente, dando a possibilidade a todos de cumprir, além de ser uma determinação legal é uma das medidas para salvaguardar o bem-estar do seu animal de estimação. -----

----- - Entendo que é importante dar aqui os parabéns ao nosso Presidente, que durante muito tempo foi uma voz solitária contra o politicamente correto e afirmou aquilo que é uma



Câmara Municipal
de Oeiras

verdade que todos hoje reconhecemos. -----

----- O Governo já legislou nesta matéria, reconhecendo a razão a quem a gritou durante muito tempo e foi publicada a questão da possibilidade de reclassificação de solos rústicos para solos urbanos para construir habitação. -----

----- Esta é a única forma de nos grandes centros urbanos se poder dar habitação a preços controlados a quem dela precisa e reconhecer o seu a seu dono, dar os parabéns ao Senhor Presidente pela posição que corajosamente tomou e que agora teve vencimento. -----

----- - Num “ranking” de cidades com mais de cem mil habitantes, publicado pela plataforma “Clunker Junker” Oeiras e Porto são as duas únicas cidades portuguesas, Oeiras na posição número cinco e Porto na posição número dez, que aparecem neste “ranking” com mais pontos de carregamento por cada mil quilómetros de estrada. -----

----- Esta possibilidade de permitir aos munícipes transferirem-se para opções mais ecológicas e mais sustentáveis de locomoção é uma das formas de combater e mitigar as alterações climáticas que temos seguido. -----

----- Esta e muitas outras medidas em conjunto, são aquilo que nos farão tornar o Município mais sustentável. -----

----- - Dar também nota que seguem a bom ritmo os novos programas de habitação. -----

----- - Depois do lançamento da primeira pedra do Alto da Montanha, a obra corre a bom ritmo. -----

----- - No Parque da Junça, no passado dia vinte e um de abril também lançámos a primeira pedra e a obra segue, resta-me agora convidar todos para que, no próximo dia dez de maio com a presença confirmada da Senhora Ministra da Habitação, vai ter lugar o lançamento da primeira pedra do Programa Habitacional Quinta dos Aciprestes, será uma resposta habitacional composta por doze casas, oito T Um, quatro T Dois e um equipamento social, num investimento total de dois milhões e setecentos mil euros com uma comparticipação do PRR de

um milhão e novecentos mil euros, ficará de fora a parte do equipamento social que não está abrangida na comparticipação PRR habitação. -----

----- - Convidar todos os presentes para o início da temporada da Festa Animal, em Oeiras, vai arrancar no próximo domingo dia sete de maio, na Quinta de Cima do Marquês de Pombal, um dia de festa a partir das dez horas da manhã com atividades para toda a família na prossecução daquilo que é a promoção da adoção responsável e as políticas de bem-estar animal.

----- - Dar também nota para uma coisa que se devem ter apercebido através das redes sociais com a colaboração inestimável do Gabinete de Comunicação, lançámos uma campanha muito gira que visa chamar a atenção para os benefícios de ter um animal associado aos eventos que ocorrem ao longo do ano.-----

-----Começámos com a liberdade no dia Vinte e Cinco de Abril, os nossos animais são mais livres quando estão bem tratados.-----

-----Para o Dia do Trabalhador, o meu humano dá-me pouco trabalho, porque na verdade, queremos mostrar que ter um animal de estimação não dá assim tanto trabalho como isso e é uma fonte de prazer para toda a família, vai seguir-se o Dia da Criança, o Dia do Município, todas as atividades principais de cada mês terão uma chamada de atenção, no âmbito desta campanha. ----

-----Está muito bem conseguida e além de chamar a atenção para a campanha, devo também felicitar o Gabinete de Comunicação que colaborou com a Unidade de Bem-Estar Animal na concretização deste desígnio.”-----

11 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA: -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Rocha** iniciou o seu ponto de informações dando conta do seguinte:-----

-----“No dia vinte e nove de abril, assisti à sessão solene comemorativa do septuagésimo quarto aniversário da SERUL - Sociedade Educação Unidos de Leceia, devo dizer que é uma sociedade muito disponível, muito comprometida, como o Vereador Pedro Patacho disse, já saiu



Câmara Municipal
de Oeiras

do território de Leceia, no ano passado participou no Anima a Rua de uma forma muito pungente. - -----

----- - No dia vinte e sete, estive na inauguração do Auditório José de Castro, foi um gosto ver o Ministro da Cultura num discurso de quem está muito comprometido com o País, mais até do que com o seu próprio partido, foi muito interessante ouvi-lo. -----

----- - O Vinte e Cinco de Abril é a cerimónia que mais me comove, tenho que dizer isto, é efetivamente, a cerimónia que me põe sempre as lágrimas no canto do olho. -----

----- - Vou acabar no dia vinte e um, com a cerimónia de lançamento da primeira pedra do Programa Habitacional do Parque da Junça. -----

----- E porque é que eu vou acabar?-----

----- Eu vou acabar com esta primeira pedra por uma razão muito simples, nós ouvimos falar muito de políticas de habitação, ouvimos falar dos trinta anos do PER, do Pacote do Governo, do PRR, mas eu questiono, será que nós sabemos o que é o PRR?-----

----- Vocês sabem o que é o PRR?-----

----- Cada um de vocês está certo do que é o PRR?-----

----- É que o PRR não é um Programa de Financiamento de Construção, o PRR não é um Programa de Financiamento de Reabilitação de Edifícios, o PRR é um programa de financiamento de projetos de vida e de recuperação de vidas, o que o PRR faz é financiar pessoas. --- -----

----- Eu passei o último ano de mandato a ouvir pessoas, eu fiz até à data trezentas e quatro audiências, precisei de saber o que era a gestão de um parque habitacional, destas trezentas e quatro audiências elenquei quatro eixos de intervenção social que importa implementar no nosso parque habitacional e são eles estes quatro eixos: -----

----- Um - Implementar estratégias claras e objetivas com vista à redução dos incumprimentos, a renda é calculada, tendo em conta todos os benefícios e abaixo do imposto

por lei, logo, não há motivo para incumprimentos; -----

-----Dois - Criar uma efetiva monitorização de dinâmicas de ocupação do parque e, neste caso, estou a falar das ocupações indevidas; -----

-----Três - Temos de ter cuidado acrescido a uma população que está cada vez mais envelhecida, isolada e fragilizada, que pulula no nosso parque, nós somos senhorios com responsabilidade acrescida e, assim, queremos ser e estou a falar, por exemplo, da ELIS - Equipa Local de Intervenção Social e estou a falar das Helenas desta vida e, por fim, temos uma tomada de consciência da necessidade da renovação da população do parque com vista à sua sustentabilidade; -----

-----Quatro - É preciso criar condições, para assim entender a oferta habitacional pública como uma oferta de qualidade, seja na renda acessível, ou seja na renda apoiada. -----

-----Temos de ser agentes da mudança. -----

-----Temos de mudar de paradigma, temos de pensar a casa pública de uma outra maneira e a mudança começa dentro da nossa cabeça. -----

-----A mudança começa aqui e a mudança começa hoje, não podemos continuar a pensar o parque habitacional, como nós pensamos.”-----

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE: -----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** prestou as seguintes informações: -----

-----“No dia vinte e dois de abril, tivemos a inauguração do Pavilhão do Grupo Desportivo Unidos Caxienses e eu teria que falar, porque o PSD esteve com muito gosto nesta inauguração, foi uma reabilitação que há muito era desejada pela população e sentiu-se, como dizia a Vereadora Ana Filipa Laborinho, nas pessoas que aderiram à inauguração e acho que faz todo o sentido salientarmos aqui, até porque ela foi, talvez, um marco histórico para o próprio grupo desportivo. -----

----- - No dia vinte e quatro, fizemos uma visita ao bairro, no âmbito daquilo que estamos



Câmara Municipal
de Oeiras

a fazer no novo projeto, que foi um desafio lançado pelo Senhor Presidente, no âmbito dos Mercados no Bairro, em breve teremos novidades sobre este tema, mas dizer-vos que é um projeto que estamos a desenvolver de proximidade com os bairros e com os próprios artesões e terá, sensivelmente, uma adesão muito interessante, para aquilo que estamos habituados nos nossos mercados e feiras e será realmente um projeto também diferenciador. -----

----- - Porque gosto sempre de fazer muitos convites e este fim de semana não é diferente, começa na sexta-feira o evento promovido pela Junta de Freguesia de Porto Salvo, também com o apoio do Município de Oeiras, que vai animar o Mercado Municipal de Porto Salvo, na primeira edição da Feira Rural, será um evento que marcará a envolvência, não só no mercado, mas na zona envolvente à Junta de Freguesia e Mercado de Porto Salvo durante todo este fim de semana. --- -----

----- - No sábado, teremos os nossos habituais mercados biológicos das oito horas às catorze horas, em Paço de Arcos e Algés. -----

----- - Ainda no sábado, às onze horas, porque nos nossos mercados municipais vamos festejar de uma maneira diferente o Dia da Mãe, com dança, música, poesia e encenação, podem decidir entre um dos vários mercados municipais e às onze horas, Oeiras, Paço de Arcos, Algés, e Porto Salvo, iremos ter esta animação. -----

----- - No domingo temos o mercado diferenciador, que é o nosso “Andy Market”, que muitos de vocês já são clientes assíduos e que anima também o Nirvana Studios, em Barcarena. -

----- - Também não podia faltar, no domingo, a Feira de Velharias, no Jardim de Oeiras. -

----- - E assim temos o resumo dos mercados e feiras um pouco por todo o nosso Concelho, por isso, é difícil passarem por uma das nossas localidades sem ter um destes, portanto, aproveitem e passem por eles e apoiem também assim o comércio local.”-----

13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----

----- A Senhora Vereadora Joana Baptista iniciou o seu período de informações dando

conta do seguinte:-----

-----“No dia vinte de abril, estive com a equipa das Obras Municipais, no Centro Comunitário do Alto da Loba, para apresentar um novo projeto.-----

-----Este projeto já existiria noutros moldes, porque nos últimos quarenta anos nós não paramos de inovar no nosso território, mas estamos a falar de uma nova reexpressão deste projeto, que é um Projeto da Cozinha Comunitária, que vamos instalar no Centro Comunitário do Alto da Loba. -----

-----Estamos a falar de um equipamento que já tem vinte e quatro anos, foi inaugurado em março de mil novecentos e noventa e nove e é um projeto que mesmo com vinte e quatro anos é um equipamento belíssimo com uma enorme luminosidade natural e que vai ter agora este novo projeto que é abrimos aquele espaço a uma Cozinha Comunitária. -----

-----Porque é que aderimos a este projeto?-----

-----Porque há cerca de um ano e meio o Presidente Isaltino, anuiu a um projeto, que é da Associação Sara Carreira, portanto, os pais da Sara Carreira vieram ter com o Presidente Isaltino e disseram que estavam a apoiar através da Associação vários jovens, vários bolseiros, com dificuldades financeiras e, nesse âmbito, esta Associação apoiou uma jovem oeirense, que reside no Alto da Loba, a Madalena, a fazer um curso na Unidade Hoteleira do Estoril, de “cake design” e ela precisava de um espaço para fazer os seus bolos especiais e o Presidente Isaltino, ofereceu este espaço. -----

-----Neste momento, concluímos o projeto e vamos lançar agora a obra na próxima semana, estamos a falar de um investimento na casa dos sessenta mil euros, que acaba por valorizar o Centro Comunitário do Alto da Loba para responder às necessidades desta bolseira, a Madalena, mas não só, a todas as necessidades de uma comunidade. -----

----- - No mesmo dia estive numa reunião e esta informação acaba também por responder ao Vereador João Neves, porque a dada altura, o Vereador colocava a questão sobre o corredor



Câmara Municipal
de Oeiras

“Bus” na A Cinco. -----
----- Senhor Vereador, a Câmara Municipal de Oeiras, através do meu pelouro, tem reuniões regulares com a Brisa e com as Infraestruturas de Portugal.-----
----- Nessas reuniões, do ponto de vista político, estou presente eu, do ponto de vista técnico, o Planeamento, as Obras Municipais e a empresa Parques Tejo e eu diria que esta reunião acontece com alguma regularidade, quase mensal.-----
----- Há dois temas prioritários na agenda, são reuniões muito cordiais, mas a cordialidade nem sempre resolve as questões que são estratégicas e prioritárias.-----
----- No que respeita às Infraestruturas de Portugal, há sempre um tema, que é a alteração da dominialidade da Marginal. Portanto, quem cuida, quem zela e quem protege todos os dias a Marginal é o Município de Oeiras. Desde a faixa de rodagem, aos passeios, aos taludes, à deservagem, tudo o Município faz para cuidar daquela estrada, que não deveria ser uma estrada, deveria ser uma avenida urbana, é isso que se pretende, portanto, esse salto qualitativo só vai acontecer um dia mais tarde, quando essa estrada, que se pretende que se transforme numa avenida, venha à posse e à dominialidade do Município. -----
----- Ainda não aconteceu, é vontade do Município. Dizem as Infraestrutura de Portugal que é a vontade das Infraestruturas de Portugal, mas ainda não foi decidido pelo Governo essa alteração e como bem sabemos, porque eu tenho dado conta da evolução de projetos que são estruturantes e estratégicos para esta Administração, o caso de implementarmos duas rotundas: na Medrosa e na Giribita, não faz sentido que os oeirenses tenham que ir a Cascais para fazer inversão de marcha para Lisboa, ou não faz sentido que quem reside em Caxias tenha que ir a Paço de Arcos para fazer inversão de marcha para Lisboa, porque, no fundo, é o que acontece e, portanto, temos dois projetos com um investimento muito significativo, que aumenta a funcionalidade de uma estrada, que se pretende avenida, mas também aumenta a segurança rodoviária. -----

-----Não nos podemos esquecer daquilo que representa a reta do Dafundo, com constantes acidentes e até mortes e há uma obra que urge fazer, que é a introdução de um separador central na reta do Dafundo até Algés.-----

-----São estes os assuntos que em todas as reuniões, todos os meses, o Município discute com as Infraestruturas de Portugal, mas ainda não fomos bem-sucedidos.-----

-----Com a Brisa há sempre um assunto que é discutido que, na realidade é um assunto que tem talvez quarenta anos, que é a introdução de um corredor “Bus” na autoestrada.-----

-----Para o Município de Oeiras há sempre um subterfúgio para a inação, aliás, é muito mais fácil não fazer, com todas as justificações, aliás, hoje em dia é tão fácil encontrar justificações para não fazer. É o que a Brisa e o Governo têm feito, no que diz respeito à A Cinco, perentoriamente, porque de um lado, a Brisa refugia-se na prorrogação do prazo de concessão, a concessão termina em dois mil e trinta e cinco e eles dizem que só fazem um corredor “Bus” se se essa concessão for prorrogada, porque implica investimento.-----

-----A posição do Município de Oeiras, não é essa, a posição do Município de Oeiras é que se pode instalar o corredor “Bus” sem grande investimento, ou seja, sem a introdução da quarta faixa, porque é instalar naquilo que já existe, prescindindo de uma faixa, mas isso a Brisa não quer fazer, porque isso prescinde de receita, porque são menos clientes.-----

-----Todos os meses o Município fala desta prioridade, que é uma prioridade política para Lisboa, para Oeiras, para Cascais, mas não tem sido uma prioridade, nem para a Brisa, nem para o Governo.-----

-----A Brisa também me tem comunicado que até dois mil e trinta e cinco, através desta concessão não há quaisquer obras estruturantes na A Cinco, o que significa que até dois mil e trinta e cinco, nos próximos doze anos a Brisa e o Governo cuidam desta autoestrada de forma paliativa, é tão-só paliativos que se fazem.-----

-----Isto foi para responder a uma das questões e também referir os temas que foram



Câmara Municipal
de Oeiras

abordados no dia vinte de abril. -----

----- - No dia vinte e um, o Vereador Pedro Patacho já mencionou a visita que aconteceu à Piscina de Linda-a-Velha, é mais um bom exemplo, estamos a terminar uma obra na Piscina de Barcarena, um investimento de um milhão e meio e na próxima semana, eu própria conjuntamente com a Administração da Oeiras Viva, do Vereador Pedro Patacho e do empreiteiro, vamos confirmar se a obra está com a qualidade necessária para nós a recebermos e certamente em setembro a Oeiras Viva retomará as suas atividades naquela piscina, mas também a piscina da Outurela que estamos a concluir o projeto e a Piscina de Linda-a-Velha é para ter exatamente o mesmo caminho.-----

----- - No dia vinte e seis, a exemplo do que acontece todos os meses, faço reuniões periódicas com o empreiteiro do Fórum para monitorizar aquilo que será a futura casa para os nossos Serviços. -----

----- Foi aprovada uma prorrogação do prazo até junho de dois mil e vinte e quatro, mas todos queremos que essa obra termine antes, neste momento, estamos a ultimar a construção do décimo quarto piso, portanto, chegámos ao topo, agora falta finalizar tudo aquilo que é o interior do edifício e que demorará o tempo necessário. -----

----- - No dia vinte e sete de abril tive uma reunião muito importante, que é estreitar o relacionamento que temos com a Carris. -----

----- A Carris essencialmente oferece serviços ao Município de Lisboa, mas na realidade está em Miraflores e como está em Miraflores, naturalmente esta Administração tem que impugnar por mais serviços desta empresa em Oeiras e é nosso entendimento que do Vale do Jamor para nascente, portanto, do Vale do Jamor até à ligação Lisboa a Carris tem que reforçar os seus serviços. -----

----- Tem sido o mote das nossas discussões com a concordância política do Município de Lisboa. ---- -----

----- - Outro dos assuntos também debatido, e também novidade, é que chegou no dia vinte de abril, o primeiro dos quinze elétricos que foram adquiridos. -----

-----Estamos a falar de um investimento de quase quarenta e quatro milhões de euros e na realidade estamos a falar é do quinze, que foi desativado há cerca de quase vinte e cinco anos e o objetivo é que retome o serviço até à raquete no Dafundo, naturalmente, têm que ser feitas algumas reformulações na via e na catenária e é isso que vai acontecer nos próximos meses numa parceria com a Carris. -----

----- - No dia vinte e oito, marquei presença na apresentação pública dos resultados de um projeto claramente inovador, na área da biodiversidade, os mais polinizadores, mais biodiversidade no Município de Oeiras e estive presente nessa reunião, a Vereadora Ana Filipa Laborinho, o Vereador Pedro Patacho e o Senhor Presidente e não podemos deixar de dizer que é um enorme orgulho sermos o centro da Área Metropolitana de Lisboa, sermos um Concelho urbano com o maior polo tecnológico do País, mas poderemos igualmente acolher projetos deste tipo, absolutamente inovadores e, de facto, Oeiras pode ser palco e montra para toda a tipologia de projetos, designadamente este, eu espero que este seja o primeiro de muitos, tenho dito isso à doutora Sílvia Breu, que está aqui presente e coordenadora desse projeto, mas também é muito bom ouvir do exterior que este foi o último projeto a ser apresentado, mas foi o melhor, portanto, o melhor foi feito em Oeiras e eu não tenho dúvidas que nós temos capacidade de fazer o melhor entre aquilo que é a gestão política com a parceria de todos vós.-----

----- - No dia dois de maio, estive mais uma vez a ver os últimos retoques de uma obra que estamos praticamente a concluir e que tem sido uma enorme surpresa e também um orgulho enorme, que é o Parque Urbano de Vila Fria, é uma obra que está mais ou menos encoberta, ninguém dá por ela, todos vão vê-la, na inauguração, estamos a falar de dois hectares de valorização do paisagismo natural, portanto, o nosso contributo é valorizar aquilo que é a naturalização daquele espaço, com equipamento de fitness, equipamento infantil, mas também



Câmara Municipal
de Oeiras

proporcionar aquilo que é a união de duas localidades que sempre estiveram afastadas, que é Vila Fria e Leceia com o início de uma próxima obra, que é a construção do eixo pedociclável entre as Oficinas de Vila Fria e Leceia. -----

----- - Respondendo a mais algumas questões, que o Vereador João Neves colocou sobre a contratação da auditoria à Município, esse procedimento ainda não se iniciou, a abertura do concurso será hoje presente ao Senhor Presidente por parte da Diretora Municipal, doutora Paula Saraiva. --- -----

----- O programa está estabilizado, mas ainda não foi despachado pelo Senhor Presidente para a abertura, será hoje ou amanhã. -----

----- Dizer também que reclamações quanto à TML, têm-me chegado, é mais uma reunião que todos os meses eu faço com os Transportes Metropolitanos de Lisboa, vou fazê-lo na próxima semana no dia oito, ou no dia nove de maio e, depois, da mesma forma como remeterei para a Assembleia Municipal um relatório sobre aquilo que tem sido o desempenho, também darei conta à Câmara sobre aquilo que tem sido as fragilidades e debilidades do início deste sistema de transporte rodoviário, mas também tudo aquilo que está a ser feito para ser corrigido essas mesmas fragilidades.-----

----- - Sobre a questão do painel da obra da sede do Novo Banco já solicitei à Polícia Municipal que passe no local e que veja se o painel está ou não colocado. -----

----- - No que respeita ao património da Quinta Real de Caxias, Senhor Vereador, todo o património que existe na Quinta Real de Caxias está neste momento a ser intervencionado ao nível do projeto, não podemos lançar obra pública sem projeto, desde os tanques, desde a Cascata Real, desde todos os octógonos, portanto, tudo isso está a ser salvaguardado em termos de projeto, naturalmente, temos ideias diferentes, mas, por isso, é que esta Administração, no caso em concreto, o INOV ganhou as eleições, no que respeita ao estacionamento temos ideias completamente, dispares, em que o Grupo Evoluir considera que é uma ideia nefasta e nós

entendemos que é absolutamente crucial para aquilo que é a recuperação do Centro de Caxias, o Largo Alves Redol, a recuperação do património e a instalação de uma unidade hoteleira no Paço Real de Caxias, naturalmente que o estacionamento é vital para conseguirmos dar resposta aquilo que será uma futura afluência a este equipamento e de resto, todas as respostas com exceção de duas estão esclarecidas.”-----

14 - INFORMAÇÕES . SR. VICE-PRESIDENTE: -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

-----“No dia vinte e um de abril, estive presente na cerimónia do lançamento da primeira pedra do Programa Habitacional do Parque da Junça.-----

-----Trago esta questão aqui na sequência do que já foi dito pelo Senhor Vereador Nuno Neto e certamente será referido pelo Senhor Presidente, marca mais um passo no extraordinário Programa de Habitação que Oeiras está a erguer. Parabéns aos envolvidos particularmente ao pelouro e à Diretora da Habitação, ponho a minha ceifeira em seara alheia, mas permita-me Senhor Presidente dar os parabéns ao Departamento de Habitação pelo extraordinário trabalho que tem vindo a fazer nesta matéria. -----

-----Juntando àquilo que foi aprovado na semana passada, a Proposta de Lei, que o Governo da República aprovou em Conselho de Ministros de refazer a Lei dos Solos permitindo, finalmente, colocar solos a preços razoáveis para construção de habitação pública, terminando com um processo que foi absolutamente aberrante de uma aliança espúria entre os capitalistas mais especuladores e a extrema-esquerda mais hipócrita que existe neste País, que estava a impedir que habitação pública fosse feita e colocado à disposição dos mais pobres, dos que menos têm, é uma proposta de grande coragem contra a ditadura do politicamente correto e contra a hipocrisia dos que não querem ver quem mais sofre no País, portanto, muito bem andou o Governo, porque reconheceu quem esteve muitas vezes sozinho, muitas vezes isolado, muitas vezes acusado de estar a patrocinar interesses particulares, não se sabe de quem, já que falávamos



Câmara Municipal
de Oeiras

de habitação pública, os interesses particulares provavelmente é daqueles que não têm o que dar de comer aos filhos ao fim do dia, ou ao fim do mês, depois de pagarem as contas num País onde se ganha mal e vive-se mal, particularmente uma classe média que está empobrecida e os mais pobres que são condenados a uma pobreza desgraçada, com casas que lhes consome os recursos todos, portanto, muito bem esteve o Governo.-----

----- Muitos parabéns doutor Isaltino Morais pela sua coragem, é muito difícil ter coragem política em Portugal. Numa era de hipócritas, é muito difícil ser corajoso, portanto, quando se tem coragem, às vezes, ganha-se depois. -----

----- - No mesmo dia e passando da parte da coragem política para a parte de poesia, não ao nível do que a Senhora Vereadora Carla Rocha é capaz, porque eu sou um ser menor desse ponto de vista, sou um pragmático, mas dizer da inauguração da Exposição “Povos Originários - Guerreiros do Tempo”, de Ricardo Stuckert, -----

----- Queria aproveitar para reconhecer o elogio que foi feito ontem pelo Grupo Político da CDU, na Assembleia Municipal, nem sempre quem está na oposição é capaz de elogiar, mas a honestidade política da CDU ontem é de louvar, elogiando, não apenas a exposição anterior de “Amor Veneris”, que faz uma importante pedagogia para um tema que esteve esquecido durante muito tempo, que tinha a ver com o prazer sexual das mulheres e com a vida sexual das mulheres e agora tivemos a inauguração desta exposição, de um magnífico fotógrafo brasileiro, Ricardo Stuckert, uma grande figura, sobre povos que mantêm idiossincrasias e parecem viver fora deste tempo, da nossa contemporaneidade, mas que vivem com a sua idiossincrasia e merecem ser respeitados no seu modo de vida e merecem ser conhecidos, parece um outro mundo, pelo menos para nós que vivermos deste e não as conhecemos, mas convidava todos a visitarem a exposição, porque as imagens são absolutamente extraordinárias, os tamanhos são enormes, avassaladores e nós muitas vezes sentimo-nos esmagados a olhar para aquelas imagens, que não fazem parte da nossa vida contemporânea. -----

----- - Não vou falar sobre o Vinte e Cinco de Abril, o Senhor Presidente, certamente, falará sobre isso e sobre a importância desse dia, quanto mais não seja para nós podermos estar aqui enquanto titulares de cargo público eleito. -----

----- - No dia vinte e sete teve lugar a inauguração do Auditório José de Castro e referir-me, tal como a Senhora Vereadora, mas do modo menos poético, volto a dizer, para o discurso do Senhor Ministro da Cultura, que referiu o desempenho exemplar do Município de Oeiras na criação de condições de divulgação cultural de proximidade, nem sempre os equipamentos culturais têm que ter mil ou mil e quinhentos lugares, nem sempre os eventos que acontecem são o “Oeiras Alive”, desculpem dizer “Oeiras Alive, “ainda tenho algum pudor em dizer o nome do patrocinador, gosto de dizer que é no meu Concelho, nem sempre são festivais para cento e cinquenta mil ou cento e oitenta mil pessoas, mas muitas vezes são peças de teatro para setenta/oitenta/cem pessoas e não têm menos dignidade por isso, tal como os grupos de teatro que hoje fazem, não têm menos dignidade, se calhar, têm muito mais, porque são compostos de gente que tem a sua vida profissional, que ao fim do dia se dedica à cultura e à arte e no fim do dia quer sair do seu universo quotidiano e passar à poesia.-----

-----Muitos parabéns ao Senhor Ministro da Cultura, eu fiquei surpreendido, porque não é normal ouvir o Ministro fazer um elogio, como fez ao Município de Oeiras, talvez que este não seja um Município qualquer e talvez porque tenhamos efetivamente uma rede cultural de proximidade que lamentavelmente muitos oeirenses não querem reconhecer, não há muitos Concelhos neste País que tenha uma rede de teatros de proximidade, muitos deles sobreviveram durante a pandemia pelo esforço do Município em mantê-los vivos. -----

-----Nós não dizemos isto vezes suficiente, Senhor Presidente, nós fizemos um esforço descomunal para manter vivos estes grupos de teatro, estes agentes culturais e certamente que os frutos vão agora renascer, porque eles tiveram condições para continuar a existir e têm agora condições para continuar a fazer as suas atividades.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - No dia um de maio, estive presente na abertura da especial, eu gosto de chamar especial, Santo Amaro/Paço de Arcos, do Oeiras Valley Eco Rally, quando há alguns anos nos foi permitido apoiar a primeira edição do Eco Rally, um rally de veículos elétricos, não necessariamente para andar a velocidades extraordinárias, mas para andar como nos rallies antigos, para fazer tempos, para fazer médias, para chamar a atenção da possibilidade de utilizar viaturas elétricas para o desporto motorizado, da possibilidade de fazer provas com viaturas elétricas, mas, sobretudo, chamar a atenção para a importância da transição energética na mobilidade que estava a chegar e que nós estávamos a tentar dar um novo impulso no Concelho de Oeiras, esse impulso foi dado, o Senhor Vereador Nuno Neto já referiu que Oeiras passou de ter zero carregadores em espaço público para sermos o primeiro Município português em carregamento para veículos elétricos, o primeiro Concelho português e o quinto na Europa. -----

----- Não sei se muita gente tem consciência do que foi passar de zero para quinto na Europa e primeiro em Portugal, foi um trabalho extraordinário, reconhecido por alguns, os organizadores do Eco Rally e a Federação Internacional do Automóvel reconhecem isso e sabe isso, mas no nosso Concelho há quem não quer reconhecer, portanto, nós estamos presentes na transição energética. -----

----- A Senhora Vereadora Joana Baptista acabou de falar do impulso que é dado nos transportes, nas novas ciclovias, do percurso pedociclável que vai terminar em Leceia, portanto, isto está a acontecer no Concelho de Oeiras e espero que no próximo ano tenhamos mais gente a assistir ao Oeiras Valley Eco Rally, a interação com as pessoas que estavam no passeio da Marginal em Paço de Arcos e Santo Amaro a assistir, é magnífica, portanto, convido, no próximo ano, a todos que estejam presente.” -----

15 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

----- O **Senhor Presidente** iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte: -----

----- “Às vezes pode parecer de modo gratuito estas informações dos Senhores

Vereadores, mas estas informações traduzem a dinâmica do Concelho. -----

-----É bom lembrar-nos que vivemos uma pandemia de dois anos, que muitos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e do País pararam praticamente em todos os sentidos e que em Oeiras não parou nada e, portanto, a razão, porque agora decorridos esses dois anos de pandemia parece que estamos a velocidade de cruzeiro. Todas as semanas há inaugurações, para não falarmos do movimento do Concelho em termos de atividades culturais, desportivas, sociais, porque não há dia nenhum em que não haja movimento neste Concelho. Teatro há todos os dias, isso é bem sintomático da diversidade cultural e, sobretudo, da diversidade de equipamentos, quando pensamos que há trinta anos, não tínhamos um auditório neste Concelho e que hoje temos um pouco por todo o território. -----

-----Naturalmente não se fazem omeletes sem ovos e concretamente a existência de equipamentos, seja ao nível da cultura, seja a nível do desporto, ou da área social, são fundamentais para que as pessoas usufruam dos direitos que lhes cabem. -----

-----Estas informações são um momento muito importante, porque diz-nos a nós próprios que não conseguimos ir a tudo, porque este Concelho é diferente. -----

-----Esta semana é bem elucidativa.-----

-----Foi inaugurado um pavilhão desportivo. Nem me apercebi bem aquando da inauguração, mas depois de ver as imagens de “drone”, quer Sul-Norte, quer Norte-Sul, compreendi aquela alegria extraordinária dos adultos e dos miúdos, com o usufruto daquele pavilhão e tivemos praticamente na mesma semana, a inauguração do Auditório José de Castro, um equipamento cultural esperado há muitos anos que, ao mesmo tempo dispõe de uma sala que do ponto de vista acústico, provavelmente, é a melhor que temos no Concelho, mas ao mesmo tempo prestamos homenagem a um filho da terra, o José de Castro, nasceu em Paço de Arcos, foi ator e morreu precocemente. -----

-----No Vinte e Cinco de Abril inaugurámos mais um equipamento, não tanto pela



Câmara Municipal
de Oeiras

importância financeira, a Academia dos Champs e o importante é o número de crianças e adolescentes que frequentam aquela Academia na área do ténis e para não falar já do lançamento da primeira pedra do prédio de dezassete fogos na Junça. -----

----- Passando às informações concretamente. -----

----- - No dia dezanove de abril assisti à Conferência “Cultura em Rede”, que juntou as dezoito Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, com a presença de dezassete Presidentes de Câmara, apenas esteve ausente por doença o Presidente da Câmara de Sintra. -----

----- Não é fácil juntar todos os Presidentes de Câmara num objetivo comum e conseguimos aprovar a primeira Carta da Cultura da Área Metropolitana de Lisboa, aqui em Oeiras, no Forte São Julião da Barra. -----

----- - No dia vinte, tivemos a visita do Senhor Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau num almoço no Palácio do Marquês. -----

----- - No dia vinte e um, pelas dez horas, fizemos uma visita à Piscina de Linda-a-Velha, para aferirmos quais são as obras que é necessário avançar depois das obras da Piscina de Barcarena. -----

----- - Nesse dia, pelas onze horas, tivemos o lançamento da primeira pedra do Programa Habitacional do Parque da Junça. -----

----- - Ainda no mesmo dia, pelas dezoito horas, no Palácio Anjos, a exposição “Povos Originários - Guerreiros do Tempo”, de Ricardo Stuckert, exposição recomendável, vale a pena porque é uma exposição extraordinária. -----

----- Nesse dia foi a visita com a imprensa e depois a inauguração à tarde. -----

----- - No dia vinte e dois, teve lugar a inauguração do Pavilhão dos Unidos Caxienses, destaco a feijoada e o arroz de cogumelos que ocorreu na inauguração. -----

----- - No dia vinte e três, participei no almoço com o Senhor Presidente da República de Cabo Verde, na Marina de Oeiras e depois ao jantar teve o Presidente da República do Brasil,

passou mais despercebido, o que significa que é possível fazer coisas com discrição.-----

----- - No dia vinte e quatro, pelas onze horas, tivemos uma reunião com a Senhora Presidente da CCDR, para discutir vários assuntos. -----

----- - Nesse mesmo dia, pelas quinze horas, estive na Sociedade Filarmónica de Carnaxide, numa entrevista “Espaços e Casas”, para um programa da SIC Notícias, mas na realidade pretendiam conhecer a política da Câmara de recuperação de imóveis antigos, imóveis degradados, como é o caso da Filarmónica, ou muito particularmente como são as situações de habitação jovem em que ficaram muito surpreendidos com o caso do Largo Avião Lusitânia e a Villalonga, além de muitos outros que têm vindo a ser recuperados e, portanto, tive oportunidade de explicar aos espectadores que tudo isto acontece, porque temos um Departamento de Projetos Especiais e Requalificação Urbana que já tem uma experiência de quase trinta e oito anos e que foi criando dentro do seu seio, engenheiros, arquitetos que se foram valorizando, que foram adquirindo sensibilidades e competências próprias na área de recuperação e que hoje são exemplo a nível nacional e é um gosto extraordinário verificar essas recuperações que de uma forma geral, são destinadas à habitação jovem. -----

----- - No dia Vinte e Cinco, pelas nove horas, tivemos o tradicional hastear das bandeiras, a Sessão Solene da Cerimónia Comemorativa do quadragésimo nono aniversário do Vinte e Cinco de Abril, onde fazemos entrega dos múltiplos comemorativos do Vinte e Cinco de Abril a antigos autarcas. -----

-----É sempre um momento de alguma emoção, que é natural, porque às vezes são pessoas já com alguma idade, outros a título póstumo, mas todos eles têm em comum o terem sido autarcas aqui o nosso Concelho, e nada melhor do que o Vinte e Cinco de Abril, de alguma forma a génese do Poder Local, a homenagem a esses autarcas.-----

----- - Depois, pelas dezasseis horas, foi a visita à Academia dos Champs, em Outurela. --

----- - No dia vinte e seis, estive numa reunião no Ministério da Economia, com o



Câmara Municipal
de Oeiras

Secretário de Estado da Defesa e Secretário de Estado do Turismo para tratar dos problemas relativos ao concurso do Hotel no Paço Real de Caxias-----

----- Houve ali uns problemas, o anterior, a quem foi concessionado, desistiu da operação, foi aberto um novo concurso e dá-se a circunstância que houve uma parte da manutenção militar que não tinha sido desafetada do Ministério da Defesa, deve ser desafetada e atrasou este processo.-- -----

----- - No dia vinte e sete, tive uma reunião com o STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local para abordar questões que quiseram apresentar-me, relativamente ao problema do trabalho por turnos e penso que se conseguiu um entendimento e as coisas irão correr de acordo com aquilo que é fundamental, que é a realização do trabalho por turnos e a possibilidade de utilização mais racional dos equipamentos do Município. -----

----- - No mesmo dia, pelas dezoito horas, teve lugar a inauguração do Auditório José de Castro. ---- -----

----- Reparem, pouco mais de uma semana a diversidade de intervenções.-----

----- O Auditório José de Castro além de ser um equipamento muito intimista, seja para teatro, seja para música, para concertos, para conferências, etc., acho que fica um excelente equipamento a enriquecer aquela Vila charmosa de Paço de Arcos. -----

----- - Hoje de manhã, tive uma reunião com todos os Presidentes de Junta e os Vereadores, no âmbito do Processo de Descentralização de Competências na Ação Social para abordarmos questões relativas à descentralização, particularmente, na área social.-----

----- - Relativamente à criminalidade registada em Oeiras em dois mil e vinte e dois, a criminalidade é de vinte e cinco vírgula dois por cento. Para a mesma data em Portugal, o valor foi de trinta e três vírgula dois por cento e na Área Metropolitana de Lisboa trinta e cinco vírgula oito por cento, comparem os valores. -----

----- Na Área Metropolitana de Lisboa em dois mil e vinte e dois apenas três Municípios

têm uma taxa de criminalidade mais baixa do que o Município de Oeiras, Vila Franca de Xira, Seixal e Odivelas, por sua vez, Lisboa com um valor de cinquenta e nove vírgula sete por cento está no topo dos dezoito Municípios desta unidade territorial com mais criminalidade registada pelas autoridades policiais. -----

-----Face a dois mil e vinte e um, todos os Municípios da AML, em dois mil e vinte e dois, com exceção dos Municípios da Moita e do Seixal, registaram uma subida de criminalidade registada, sendo que o Município de Oeiras teve a variação mais baixa zero vírgula seis por cento. -----

-----Entre os vinte e quatro Municípios em Portugal com mais de cem mil habitantes, Oeiras posiciona-se na décima quinta posição, sendo que os Municípios de Lisboa, Porto e Almada, apresentam as taxas de criminalidade mais elevadas e Guimarães a mais baixa. -----

-----Por categoria de crimes verifica-se que o crime contra o património atinge em Oeiras, o valor mais elevado relativamente aos outros crimes, mais precisamente doze vírgula um por cento (era doze vírgula três em dois mil e vinte e um). -----

-----Em dois mil e vinte e dois, com um valor de quatro mil trezentos e trinta e quatro crimes, é o oitavo Município da Área Metropolitana de Lisboa quanto ao número total de crimes registados pelas autoridades policiais. -----

-----Naquela data na AML registaram-se cento e três mil trezentos e trinta crimes o que representou trinta vírgula um por cento do total nacional, por sua vez os valores registados em Oeiras, representaram quatro vírgula dois por cento do total da Área Metropolitana. -----

-----Houve uma ligeira subida de dois mil e dezanove para dois mil e vinte e dois.-----

-----A Área Metropolitana de Lisboa desceu ligeiramente nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um e subiu ligeiramente em dois mil e vinte e dois.” -----

16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

-----Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor**



Câmara Municipal
de Oeiras

Presidente começou por dizer o seguinte: -----

----- “Sobre o Relatório do Direito de Oposição que o Senhor Vereador João Neves acabou de referir, eu tenho de dizer apenas o seguinte.-----

----- É constituída a resposta a este Relatório, por dezasseis páginas e quero notar que o título posto na primeira página, diz: “Gabinete da Vereadora Independente eleita pela Coligação Evoluir Oeiras Carla Castelo”. -----

----- A este propósito na página quinze diz a Senhora Vereadora: “...Finalmente, é importante não esquecer o lamentável episódio da correta identificação no portal institucional da Câmara que teve de culminar em Tribunal por o Presidente e o Vice-Presidente insistirem em identificar-me como Vereadora do Bloco de Esquerda, quando não milito em nenhum partido, sendo uma cidadã independente e tendo assim sido indicada nas listas da Coligação Evoluir Oeiras...”. -----

----- O que o Tribunal decidiu é o seguinte: -----

----- “.... Após novas conversações e sob proposta da Meritíssima Senhora Juiz, pelas partes foi dito terem chegado a acordo nos seguintes termos:-----

----- O Município de Oeiras passará a identificar a Autora como” Vereadora independente indicada pelo Bloco de Esquerda na extinta coligação Evoluir Oeiras...” -----

----- Foi isto que o Tribunal decidiu “Vereadora independente indicada pelo Bloco de Esquerda na extinta coligação Evoluir Oeiras.-----

----- Este é o acórdão do Tribunal, mas a Senhora Vereadora insiste e eu repito:-----

----- “...Finalmente, é importante não esquecer o lamentável episódio da correta identificação no portal institucional da Câmara que teve de culminar em Tribunal por o Presidente e o Vice-Presidente insistirem em identificar-me como Vereadora do Bloco de Esquerda, quando não milito em nenhum partido, sendo uma cidadã independente e tendo assim sido indicada nas listas da Coligação Evoluir Oeiras...”. -----

-----Houve um episódio, pelos vistos lamentável, porque a Câmara, pelos vistos, insistia em dizer que a Senhora Vereadora tinha sido eleita pelo Bloco de Esquerda, ora bem não ficou eleita pelo Bloco de Esquerda, mas ficou indicada pelo Bloco de Esquerda, é isto que está aqui, não se compreende esta teimosia da Senhora Vereadora, sistematicamente, usar a expressão "Gabinete da Vereadora Independente eleita pela Coligação Evoluir Oeiras". Mas, é estranho. ---

----- - Relativamente ao Relatório da Oposição, naturalmente que não deixará de se publicar uma parte no Boletim Municipal, mas é um resumo como calculam, aliás, nenhuma deliberação é publicada na íntegra no Oeiras Atual, é publicado um resumo e é isso que será feito relativamente a este Relatório. -----

----- - Não deixa de ser interessante estas referências sistemáticas ao estacionamento e o estacionamento ser mal visto, mas para o Município de Oeiras os estacionamentos são benefícios aos cidadãos, nós assumimos construir oitocentos lugares de estacionamento no nosso programa eleitoral e estamos a fazer, alguns provisórios, naturalmente, estou-me a lembrar da antiga escola de Porto Salvo, que é provisório, são cento e poucos lugares, do mesmo modo está a ser feito um provisório, na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés e na antiga Praça de Touros, como em Linda-a-Velha também estão a ser construídos lugares provisórios na Praça dos Lusíadas, obviamente que a Câmara Municipal vai continuar a fazer estacionamentos, porque consideramos que é fundamental para a qualidade de vida das pessoas. -----

-----Naturalmente, qualquer Vereador é livre de considerar que os estacionamentos fomentam o automóvel, etc., nós consideramos pelo contrário o estacionamento pode libertar as ruas, os passeios, etc., dos automóveis.-----

----- - Quero deixar ainda uma nota a propósito da habitação.-----

-----Queria deixar aqui as minhas felicitações públicas ao Governo da República pela transformação legislativa que fez relativamente à Lei dos Solos e, portanto, acabou a discussão da desafetação que eu andava para aí a gritar, sistematicamente, que era preciso desafetar



Câmara Municipal
de Oeiras

Reserva Agrícola Nacional para dedicar, exclusivamente, era sempre a minha expressão, tinha sempre esse cuidado, para dedicar, exclusivamente, à construção de habitação pública. -----

----- Não tenho nenhuma razão, neste momento, para duvidar da bondade das políticas do Governo, no que a esta matéria dizem respeito, na medida em que se considerava que o pacote de habitação continha alguns paliativos relativamente à resolução do problema da habitação em Portugal. -- -----

----- Sempre defendi que a habitação tinha que ter uma componente de construção nova e, naturalmente que essa construção nova não há condições de se fazer nos terrenos ditos urbanos, porque atingiram preços de tal forma elevadíssimos, que é impossível fazer ali habitação pública e, aliás, não deixa de ser curioso que a Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, que visava salvaguardar a especulação e proteger zonas de Reserva Agrícola, etc., curiosamente, foi essa lei que fomentou a especulação imobiliária em Portugal, porque entre dois mil e oito e dois mil e catorze os preços baixaram significativamente, como toda a gente sabe, até se dizia que havia casas a mais no mercado. -----

----- Realmente baixaram substancialmente e a própria Câmara de Oeiras se aproveitou disso, porque comprou vários prédios degradados no território do Concelho a duzentos/trezentos euros, o metro quadrado, que agora são vendidos a mil e seiscentos, aumentaram sete/oito vezes, portanto, isto mostra realmente a que estado a que chegou na altura o imobiliário em Portugal, mas em dois mil e catorze saiu a lei que acabou com as áreas urbanizáveis e a partir daí os terrenos e as casas começaram a disparar e em pouco mais de oito anos duplicaram de preço, nalguns casos até triplicaram, portanto, em Oeiras, tínhamos casas que eram vendidas a duzentos e cinquenta mil euros e ao fim de dez anos estão a setecentos e cinquenta mil euros, nalguns casos, até mais, portanto, a única solução para fazer habitação pública nova, seria reconverter alguns terrenos da Reserva Agrícola, terrenos rústicos para habitação pública. -----

----- Foi isso que esta proposta de lei veio realmente trazer, e ainda bem, porque seja para

habitação pública, seja para equipamentos, não se torna, neste momento, necessário qualquer política de expropriação ou de desafetação. Tudo isto é possível com a intervenção da Câmara e da Assembleia Municipal, definindo que um determinado terreno rústico, desde que contíguo a um terreno urbano, possa ser utilizado para habitação pública. -----

-----E a habitação pública é fundamental, não só para algum equilíbrio de preços, porque vai ter alguma influência na medida em que a habitação pública, aquela que nós vamos fazer, não será construída, exclusivamente, para pobres, para famílias carenciadas, será também para famílias da classe média e aí estamos de alguma forma, não digo a concorrer com o mercado, mas ao avaliar essas famílias pode ter um fator estabilizador também nos preços, pelo menos nessa zona de transição entre a classe média baixa e a classe média alta. -----

-----Por outro lado, também é bom lembrar que, à semelhança daquilo que já dissemos aqui nesta profusão de informações, que a Câmara Municipal de Oeiras, provavelmente, vai ser a Câmara que mais construção pública vai fazer em Portugal, de raiz. -----

-----Isso é bom, porque a maior parte dos Municípios não vão construir diretamente, há mesmo alguns Municípios, como sabem por razões ideológicas, que entendem que não têm que fazer casas, quem tem que as fazer é o Estado, portanto, remetem para o Estado a construção dessas casas, o IHRU que faça, todos os Municípios liderados pelo Partido Comunista têm essa posição e mesmo no Partido Socialista há muitos também, porque não têm experiência nesta matéria e acham também que deve ser o IHRU a fazer.-----

-----Nós temos aqui uma situação absolutamente diversificada, por um lado, o Município constrói diretamente e vamos lançar agora o terceiro empreendimento deste ciclo, mas, ao mesmo tempo, continuamos a fazer habitação jovem e iremos fazer habitação pública destinada a renda acessível, a fazer ou comprar, poderemos vir a comprar também, que é aquilo que o Concelho de Cascais, Amadora e Sintra estão a fazer e é provável que nós venhamos a fazer também. --- -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Se os Municípios e o Governo não aumentarem a percentagem de habitação pública à disposição dos portugueses, obviamente que a situação vai-se agravar cada vez mais e, portanto, é fundamental que este problema seja atalhado com tempo.-----

----- As disponibilidades de verbas do PRR são um bom princípio, o Primeiro Direito, do mesmo modo, mas é indiscutível que a ausência de terrenos disponíveis era um estrangulamento extraordinário, agora não haverá mais desculpa para não se fazer habitação pública a preços que sejam ou que possam ser integrados naquilo que é o valor da construção dita a custos controlados. -----

----- Para o Município de Oeiras é uma boa notícia, mas, é, sobretudo, uma boa notícia para as famílias deste Concelho e para as famílias deste País, bem andou o Governo em ter tomado a decisão de alterar a Lei, esperemos pelo Parlamento, que haja esse sentido patriótico e que não deixe, exclusivamente, para a maioria absoluta, aliás, é lamentável que o PSD, o partido que fez o PER, que deixe esta bandeira para o Governo Socialista. O que significa que era importante que no Parlamento, os socialistas, os comunistas, enfim, todos, aprovassem a alteração a esta lei, seja como for, em princípio ela será aprovada, é a vantagem de uma maioria, nunca me senti tão entusiasta da maioria absoluta como agora nos últimos dias, porque esta proposta de lei é fundamental que seja aprovada e também gostei da reação do Primeiro-Ministro ontem, porque deu um muro na mesa e disse: "...tenho a maioria absoluta...", de maneira que o Senhor Presidente da República não pode dissolver assim o Parlamento, por isso estou mais tranquilo que o Governo se agunte mais uns meses, pode ser que se agunte mais uns anos, seja como for, o mais importante é que esta lei saiu para o papel e agora só falta o beneplácito da Assembleia da República." -----

----- O **Senhor Vereador João Neves** referiu o seguinte:-----

----- "Gostaria de agradecer a informação que partilhou designadamente a reunião que teve com o Presidente da CCDR, no dia vinte e quatro de abril, em que discutiu assuntos do

interesse para o Município.-----

-----Pode detalhar um bocadinho esses assuntos que discutiu?-----

-----Agradeço também à Senhora Vereadora Joana Baptista que referiu sobre a Auditoria à Município, não percebi ter-me respondido sobre a questão da publicação das contas da Município.”-----

-----O **Senhor Presidente** esclareceu:-----

-----“Já foram publicadas as contas da Município e discutidas aqui na Câmara.”-----

-----Com a CCDR discutimos todos os assuntos que há para discutir, todas as propostas de planos, etc., que são apresentados, tudo aquilo que está na agenda é discutido com a CCDR, não lhe vou dizer agora, em particular, este ou aquele, quando os projetos vêm aqui à Câmara ou quando são postos em discussão têm conhecimento disso, agora se vou fazer aqui uma discussão tinha que lhe estar a contar os episódios todos, e não é este o local próprio, porque são muitos processos que são discutidos, que é natural, para verificar da conformidade com o plano, ou com o PROT. --- -----

-----Se for alguma questão importante, com certeza, que trago à Câmara, mas foram questões essencialmente burocráticas de relacionamento ou de informações entre a Câmara e a CCDR.” --- -----

17 - PROPOSTA Nº. 328/23 - UPGO - Pº. 2023/12-DGEP - CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS NO CONCELHO, POR LOTES - DECISÃO DE CONTRATAR E ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO, POR CONCURSO PÚBLICO, POR LOTES - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a decisão



Câmara Municipal
de Oeiras

de contratar e a abertura do procedimento concursal por lotes, necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas “Conservação e reparação de pavimentos rodoviários no Concelho, por lotes” - Processo dois mil e vinte e três/doze-DGEP, mediante a adoção de um procedimento por concurso público, sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia. -----

----- O preço base do concurso de setecentos e trinta e três mil seiscentos e vinte e seis euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, com prazo de execução da empreitada de trezentos e sessenta e cinco dias fixos para cada lote.-----

----- Lote um - Preferencialmente nas localidades de Carnaxide, Paço de Arcos e Linda-a-Velha, com o preço base de duzentos e catorze mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Lote dois - Preferencialmente nas localidades de Oeiras e Caxias, com o preço base de cento e oitenta e três mil oitocentos e nove euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Lote três - Preferencialmente nas localidades de Algés, Cruz Quebrada e Porto Salvo, com o preço base de cento e setenta e dois mil seiscentos e quarenta e sete euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- Lote quatro - Preferencialmente nas localidades de Queijas e Barcarena, com o preço base de cento e sessenta e dois mil trezentos e dezassete euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- As peças do procedimento.-----

----- Composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

----- A nomeação para Diretor de Fiscalização.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, bem como, atento o disposto nos artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo,

número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos. -----

18 - PROPOSTA Nº. 348/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 6ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:-----

-----I - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Uma questão prévia e, se calhar, aqui é mesmo ignorância minha, mas somando os quadros que lá estão da permuta, o valor que resulta da soma desses diferentes quadros das rubricas que são permutadas não é igual ao que vem, aliás, excede o que vem na proposta, provavelmente há uma explicação boa para isso, queria sabê-la. -----

-----Há também um dos quadros, creio que o da DGSI, em que, no cimo o que parece que será o total ou o subtotal daquelas duas linhas também não é isso.” -----

-----Explicou o **doutor João Barbosa**: -----

-----“Em relação ao quadro da DGSI efetivamente tem um erro, não foi feito o cálculo da soma das duas parcelas. -----

-----Quanto ao somatório dos quadros todos, o que aparece na parte final aparece pela classificação económica, não pelo valor total transitado. A classificação económica é saldada entre umas e outras, daí aparecer essa diferença, mas isso vai aparecer em todas as alterações que sejam feitas. Na DGSI, sim, tem um erro, não foi feita a soma.” -----

-----Volveu o **Senhor Vereador João Neves**: -----

-----“Tinha mais uma questão, não vemos aqui a justificação da urgência, porque estamos a ratificar, portanto isto já foi autorizado pelo Senhor Presidente.” -----

-----Interrompeu a **Senhora Vereadora Joana Baptista**: -----

-----“Aprovado pelo Senhor Presidente.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Prosseguiu o **Senhor Vereador João Neves**: -----

----- “Qual foi o motivo da urgência, que também não vem explicito na proposta?”-----

----- Interveio o **Senhor Presidente**: -----

----- “Quando se faz uma alteração orçamental é porque há pagamentos a fazer, não podem ficar pagamentos pendentes de uma alteração orçamental, que é meramente administrativa, transição de verbas de um lado para o outro, por isso é que o Presidente da Câmara pode aprovar e depois ratificar na primeira reunião, porque, caso contrário, são pagamentos que ficam pendentes e as empresas, as instituições, precisam do dinheiro, por isso é que se fazem as alterações.” -----

----- Seguidamente, usou da palavra o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “É uma disposição prevista em lei. Nós fazemos uma alteração orçamental, sempre que há necessidade de o fazermos e vem ao Órgão para ratificar, não há grande dúvida sobre esta matéria. --- -----

----- Porque é que se faz?-----

----- Porque é necessário fazer pagamentos.”-----

----- Volveu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Até porque, por exemplo, se for feita no próprio dia da reunião, ainda tem que estar à espera uns três ou quatro dias. Pode haver uma coincidência de ser no próprio dia, mas se vier no próprio dia, em princípio não pode ser discutida, porque não está agendada, só é aceite a votação se todos os Vereadores estiverem de acordo, basta que um discorde, portanto, isto é uma situação administrativa normalíssima, em todas as Câmaras isto acontece.” -----

----- Atalhou o **Senhor Vereador João Neves**:-----

----- “Falo disto porque vamos discutir uma proposta mais à frente em que, de facto, é explícita a razão da urgência e percebe-se porque é que houve a necessidade desta figura da ratificação posterior. -----

-----Entendo isso agora, mas, de facto, na outra isso é explicado e nesta não vem evidenciado que é este o motivo que levou a que fosse aprovada e ratificada.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de treze de abril de dois mil e vinte e três, da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/sete mil novecentos e um, referente à sexta alteração orçamental permutativa de dois mil e vinte e três, no valor movimentado de setecentos e cinquenta e sete mil e setenta e oito euros, na despesa.-----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Voto abstenção uma vez que consideramos que não foram devidamente explicitados os motivos da urgência que levaram a uma proposta por ratificação, igualmente analisando a proposta esse motivo não é indicado. A proposta tem ainda erro de soma de valores numa tabela e por isso devia ter sido retirada e corrigida.”-----

19 - PROPOSTA N.º. 349/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DOS NAVEGADORES, PARA FAZER FACE A DESPESAS CORRENTES E DE FUNCIONAMENTO:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando



Câmara Municipal
de Oeiras

Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, no valor de dois mil e quinhentos euros, à Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores, para apoio às despesas correntes de funcionamento. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro, na redação da Lei número cento e dezanove, de dois mil e dezanove, de dezoito de setembro. -----

20 - PROPOSTA Nº. 350/23 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 5/2003, SOLICITADA POR “VC PRIME ESTATE, S.A.”, REFERENTE À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO “SMARTPARK”, LOCALIZADA EM CARNAXIDE:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração ao alvará de loteamento número cinco, de dois mil e três, referente ao “Smart Park”, em Carnaxide, por via da necessidade de indicação do número de unidades de alojamento e de camas da unidade hoteleira prevista para o “lote quatro”, requerido por “VC Prime Estate, Sociedade Anónima”, na qualidade de proprietária de todos os lotes. -----

----- Comunicar à requerente.-----

----- Nos termos do número oito, do artigo vigésimo sétimo e do número um, do artigo

vigésimo terceiro, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. -----

21 - PROPOSTA Nº. 351/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ESCOAMENTO NA FOZ DA RIBEIRA DA JUNÇA, NO DAFUNDO, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD Nº. 72-SIMAS/2023:-----

-----I - O **Senhor Vereador João Neves** referiu o seguinte:-----

-----“Tínhamos algumas questões prévias, porque, parece-nos a nós, sobre a fruição da praia e se será esta a melhor solução e se esta evita intervenções de fundo futuras, obviamente, não nos vamos opor a esta visão, entendemos que há aqui urgência que decorre das cheias e decorrem de outras causas mais profundas e isto não nos parece que vai resolver, mas esta questão sobre a fruição da praia para as populações e sobre se, de facto, esta é a melhor solução e que evita no futuro intervenções futuras, não vemos isso na proposta e gostaríamos de ver.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** esclareceu o seguinte:-----

-----“Eu ontem esclareci esta questão na Assembleia Municipal, aquando da apresentação do orçamento, porque esta obra está prevista e devidamente cabimentada, aliás, já foi aprovada em Conselho de Administração.-----

-----Gostaria de explicar a importância estratégica desta obra.-----

-----Esta é uma obra que há muito estava sinalizada para acontecer e vejam o caricato desta situação, desde dois mil e dezassete a dois mil e vinte e três, que temos uma máquina neste troço a fazer o desassoreamento, por estar lá uma máquina todos os dias do ano, trezentos e sessenta e cinco dias, os SIMAS pagam cento e cinquenta mil euros ao ano, façam as contas, cento e cinquenta mil euros vezes seis anos, dá o valor da obra definitiva, significa que, por falta de concordância entre a APL, a APA e a CCDR, não se fez esta obra durante seis anos, conseguiu-se agora, finalmente, e este é o grande mérito dos serviços mais próximos da



Câmara Municipal
de Oeiras

comunidade, que é o caso da Câmara, é o caso dos SIMAS e muitas vezes o distanciamento destas entidades face a problemas que são tremendos e, designadamente, quando vivemos situações extremas de pluviosidade no Concelho. -----

----- Esta situação não tem nada a ver com a praia, uma coisa é o troço da Ribeira que consiste no prolongamento do troço canalizado existente em cerca de quarenta metros e que regulariza uma situação que há muito era pugnada pelo Município e pelos SIMAS, mas, uma coisa não tem nada a ver com a outra e perceber o mérito que é aquilo que temos feito paliativamente e gasto dinheiro do erário público, que não tem resolvido a questão até ao momento, já se tinha feito a obra definitiva, ao final destes seis anos.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da proposta de deliberação do Conselho de Administração da reunião de dezassete de abril, na qual deliberou autorizar a abertura de procedimento por concurso público para a empreitada destinada à melhoria das condições de escoamento na foz da Ribeira da Junça, no Dafundo, no Concelho de Oeiras, pelo preço base de setecentos e cinquenta e oito mil e oitenta e cinco euros, a desenvolver num prazo máximo de duzentos e setenta dias, prevendo-se que o mesmo decorra entre abril de dois mil e vinte e quatro e dezembro de dois mil e vinte e quatro. --

----- As peças concursais, compostas pelo caderno de encargos, programa do procedimento e seus anexos. -----

----- A celebração de contrato escrito. -----

----- O júri do procedimento, a quem deverão ser atribuídas e delegadas competências para todos os atos processuais inerentes ao mesmo, no âmbito da abertura, relatórios preliminar e final a que haja lugar, sendo que o primeiro dos vogais efetivos substituirá o Presidente nas suas

faltas ou impedimentos.-----

-----A nomeação do coordenador de segurança em fase de projeto. -----

-----A designação do gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, em todos os seus aspetos, e ainda delegar no mesmo a adoção de todas as medidas conducentes à boa execução do contrato, nomeadamente, as necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias, detetadas na sua execução, tendo como substituto, nas suas faltas e impedimentos, o seu superior hierárquico. -----

-----A delegação no Senhor Presidente do Conselho de Administração o ato de liberação de cauções, materializado nos ofícios de notificação do cocontratante e da entidade bancária, na sequência do definido no relatório de execução do contrato, elaborado pelo gestor do contrato.---

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, e vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Lei número setenta e cinco-B, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro.-----

-----III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Voto abstenção por considerarmos que a construção de um molhe de quarenta metros de comprimento, dez metros de largura e dois metros de altura é uma limitação forte à fruição da zona e futura requalificação da praia como balnear. Também por não haver informação fundamentada sobre o efeito na linha de costa. Embora seja necessário combater um problema que, entre outros fatores, é potenciado pelos excessos urbanísticos, esta proposta não assegura uma solução definitiva para os problemas com inundações que vêm afetando as populações locais ao longo dos anos.”-----

22 - PROPOSTA Nº. 352/23 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO POR



Câmara Municipal
de Oeiras

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DA RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO “MICROSOFT” POR UM PERÍODO DE 3 ANOS - PD Nº. 78-SIMAS/2023:

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da proposta de deliberação do Conselho de Administração da reunião de dezassete de abril, na qual deliberou a adjudicação do procedimento por concurso público internacional, para fornecimento da Renovação do Licenciamento “Microsoft” por um período de três anos, à empresa “Inetum España, Sociedade Anónima, Sucursal em Portugal”, pelo valor de quatrocentos e setenta e dois mil quatrocentos e doze euros e vinte e dois cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, por um prazo de trinta e seis meses, a ocorrer nos anos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, devendo, face ao carácter plurianual da aquisição, serem afetos para fins cabimentais os montantes de cento e quatro mil novecentos e oitenta euros e quarenta e nove cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e três, de cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e setenta euros e setenta e quatro cêntimos, a cada um dos anos de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco e de cinquenta e dois mil quatrocentos e noventa euros e vinte e cinco cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e seis, todos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, e demais atos nela referenciados. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, e vinte e nove de janeiro. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

23 - PROPOSTA Nº. 353/23 - SIMAS - CP 20168/2020 - 11ª. REVISÃO DE PREÇOS

PROVISÓRIA NO ÂMBITO DA EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA, NO CONCELHO DE OEIRAS - PD N.º.

80-SIMAS/2023: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a décima primeira revisão de preços provisória efetuada no âmbito do contrato de empreitada número trinta e seis, de dois mil e vinte e um, referente à Construção do Novo Reservatório do Alto de Santa Catarina, no Concelho de Oeiras, no montante de cento e vinte e dois mil trezentos e dezassete euros e setenta e cinco cêntimos, ao empreiteiro “SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, Sociedade Anónima”. -----

-----Nos termos do artigo tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos.-----

24 - PROPOSTA N.º. 354/23 - DMEDSC - OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M. - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS “IN HOUSE”, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS, RECREATIVOS E DESPORTIVOS PARA O ANO DE 2023: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a aquisição à Oeiras Viva, Empresa Municipal, de serviços nos domínios de logística e apoio à realização de atividades e eventos culturais, recreativos e desportivos, a executar no decorrer do ano de dois mil e vinte e



Câmara Municipal
de Oeiras

três, até ao valor global de seiscentos e noventa mil cento e quarenta e cinco euros e oitenta e dois cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

----- A designação dos gestores deste contrato, cabendo a cada um, respetivamente, as funções e responsabilidades correspondentes à área de atuação da Unidade Orgânica que integram.-- -----

----- A minuta de contrato de prestação de serviços “In House”.-----

----- Nos termos da alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

----- Números um, três e seis, do artigo quinto-A e artigo quinto-B, do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Números dois e três, do artigo trigésimo sexto, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais.-----

----- Alínea a), do número um, do artigo terceiro e alíneas a) e b), do artigo quarto, dos Estatutos da “Oeiras Viva, Empresa Municipal”.-----

25 - PROPOSTA Nº. 355/23 - DPU - P2/2006/23 - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 10/2007 - SOLICITADO POR “ÍNDICE PLURAL, UNIPESSOAL, LDA.”, SITO EM LINDA-A-VELHA:-----

----- I - O Senhor Vereador João Neves referiu o seguinte:-----

----- “Nesta temos questões prévias e até numa proposta que já foi aprovada nesta mesma reunião, em que se aprovou a manutenção da rede viária por lotes em várias ruas do Concelho, a proposta de deliberação trezentos e vinte e oito, não faz sentido aprovar um desenho urbano sem que este não tenha acalmias de tráfego, todas as entradas neste bairro não beneficiam o peão, faltam passeios sobrelevados e as lombas em prisma que constam da segunda proposta, desta mesma segunda proposta que eu referi que já aprovámos.-----

----- Se puder ser tido em conta, porque isto, obviamente, vai conduzir a custos mais

tarde, porque já estamos a fazer a título de obras de correção noutra proposta, se pudesse essa vertente ser incluída nesta proposta, obviamente, que votaremos a favor.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** esclareceu o seguinte:-----

-----“Que eu tenha conhecimento, do que eu estudei, do que eu conheço do assunto, trata-se de uma alteração de alvará simplificada, que tem a ver apenas com a alteração das plantas sínteses.” -- -----

-----O **arquitecto Luís Baptista Fernandes** disse o seguinte:-----

-----“Pois, é o que diz, eu percebo as observações do Senhor Vereador, mas trata-se de uma situação de obras de urbanização antiga já num alvará de loteamento e não me parece que seja adequado impor esse tipo de beneficiações, não quer dizer que não concorde consigo em tese, relativamente a uma situação que pode vir a ocorrer.”-----

-----Atalhou o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Não é o momento próprio, porque isto já tem uma versão anterior, estaríamos apenas a onerar o promotor e a ter novas obrigações onde antes não as tinha, estávamos a sobrecarregar algo que já está aprovado.”-----

-----Volvendo o **arquitecto Luís Baptista Fernandes**:-----

-----“Percebo o alcance.”-----

-----Prosseguiu o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Sim, porque nós estaríamos no limite a sobrecarregar o promotor com novas obrigações para com o Município que não conhecia no momento em que adquiriu os terrenos já com potencial aprovado.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**,



Câmara Municipal
de Oeiras

aprovar a alteração ao alvará de loteamento número dez, de dois mil e sete, sito em Linda-a-Velha, nos limites do Plano de Pormenor do Almarjão, solicitada por “Índice Plural, Unipessoal, Limitada”, na qualidade de proprietária dos lotes dezoito, dezanove, vinte e um, vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro.-----

----- Comunicar ao requerente. -----

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número oito, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. -----

----- III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Voto abstenção porque, numa mesma reunião em que se aprovou a manutenção da rede viária por lotes em várias ruas do Concelho, não faz sentido aprovar um desenho urbano sem acalmias de tráfego. Nenhuma das entradas no bairro beneficia o peão, faltam passeios sobrelevados e as lombas em prisma que constam da proposta trezentos e vinte e oito desta reunião da Câmara Municipal de Oeiras. Incluir essas características na proposta evitaria o recurso a novas intervenções futuras, como aliás foi corroborado pelos próprios serviços nesta mesma reunião, sugestão que não foi, ainda assim, acolhida na proposta em apreço.” -----

26 - PROPOSTA N.º. 356/23 - DPE - CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES AO CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE MENTAL - PAÇO DE ARCOS: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** mencionou o seguinte: -----

----- “Já falámos muito sobre o entusiasmo do Auditório, mas agora mais do que falar sobre o Auditório, vale a pena falar sobre aquilo que, com muito entusiasmo o PSD apoia, que é acolher a Unidade de Saúde Mental de Oeiras, é um tema que o PSD tem vindo a defender, bem como, a elaboração de várias propostas ao longo do mandato ao nível da Assembleia da República, no âmbito do tema da Saúde Mental.-----

-----Temos vindo a alertar para várias questões que nos são caras e algumas têm vindo, timidamente, a ser resolvidas e outras ainda aguardam a luz dos seus dias, nomeadamente a necessidade do reforço do número de psicólogos em estabelecimentos de ensino em todo o País, o reforço da contratação de psicólogos na Rede e Cuidados Primários, assim como, a necessidade de capacitação do corpo docente e dos próprios funcionários das escolas para uma identificação no contexto educativo de indicadores correspondentes a potenciais quadros de perturbação mental dos próprios jovens. -----

-----Estas e tantas outras propostas deveriam incluir aquilo que devia ser também o Programa de Saúde Mental do Ensino Superior, que o Governo já anunciou algumas vezes em dois mil e vinte e dois e que até agora ainda não viu a luz do dia, aguardamos por tal, achamos que também vai ser algo importante para aquilo que é a Saúde Mental em Portugal, apesar deste panorama nacional em Oeiras damos um passo importante para aquilo que é reverter este paradigma preocupante, no que diz respeito à Saúde Mental.” -----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** acrescentou: -----

-----“É um passo muito importante para Oeiras e é um sinal visível das nossas prioridades, não só a nível de saúde mental, como do cuidado com as populações mais frágeis e as pessoas que necessitam de cuidados. -----

-----O facto de termos um Hostel Social para sem abrigos, pessoas e famílias carenciadas, no centro da Vila de Oeiras e agora termos a Unidade de Saúde Mental no centro da Vila de Paço de Arcos é um sinal óbvio da importância que nós damos a estes fenómenos, o mundo mudou e nós estamos aptos e estamos à frente para lidar com estas problemáticas.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a cedência ao



Câmara Municipal
de Oeiras

Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental em regime de comodato das instalações destinadas à Unidade de Saúde Mental de Oeiras, sitas no edifício de propriedade municipal da Avenida Senhor Jesus dos Navegantes, em Paço de Arcos, correspondente a parte do antigo edifício do Quartel dos Bombeiros, agora reabilitado. -----

----- A minuta do contrato de comodato. -----

----- Nos termos das alíneas a), g) e m), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alíneas g) e r), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Alínea b), do número um, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

27 - PROPOSTA Nº. 357/23 - DPE - Pº. 08/DPE/2022 - AUDITÓRIO EUNICE MUÑOZ - SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA E TRABALHOS DIVERSOS - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a abertura do procedimento na modalidade de concurso público designado “zero oito/DPE/dois mil e vinte e dois - Auditório Eunice Muñoz - Substituição de cobertura e trabalhos diversos”. -----

----- O preço base do concurso de um milhão e setecentos mil euros, ao qual será acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

----- O prazo de execução de quatrocentos e cinquenta dias.-----

----- As peças do procedimento. -----

-----A designação do júri do procedimento. -----

-----A designação dos técnicos procedimentais. -----

-----A delegação de competências no júri. -----

-----A programação plurianual terá por base o valor contratual que resultar do procedimento que agora se inicia e cujo preço base é de um milhão e setecentos mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, totalizando um milhão oitocentos e dois mil euros:-- -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e três, um euro e seis cêntimos;-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e quatro, um milhão trezentos e noventa e quatro mil euros. -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e cinco, quatrocentos e sete mil novecentos e noventa e oito euros e noventa e quatro cêntimos. (Valores com IVA incluído).-----

-----Nos termos das alíneas a), e), f), m) e n), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alíneas f) e bb), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, número um, do artigo trigésimo sexto, artigo trigésimo oitavo, número dois, do artigo quadragésimo, artigo quadragésimo terceiro, número um, do artigo sexagésimo sétimo, artigo centésimo trigésimo e seguintes e ainda no número dois, do artigo sexagésimo nono. -----

-----Alínea b), do número um, do artigo quadragésimo sexto e do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto. -----

28 - PROPOSTA Nº. 358/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO MACEDO, Nº. 3, R/C DTO., NO BAIRRO DO POMBAL: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando



Câmara Municipal
de Oeiras

Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Três, sito na Rua António Macedo, número três, rés-do-chão direito, no Bairro do Pombal, condicionado a reajustamento tipológico sujeito à disponibilidade de fogos para atribuição. -----

----- A fixação da renda, em regime de arrendamento apoiado, no valor de oitenta e seis euros e catorze cêntimos. -----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

29 - PROPOSTA Nº. 359/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA GASPAR DE LEMOS, Nº. 5, R/C DTO., NO BAIRRO BENTO DE JESUS CARAÇA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição da habitação T Três, situada na Rua Gaspar de Lemos, número cinco, rés-do-chão direito, no Bairro Bento de Jesus Caraça, condicionada a reajustamento tipológico em fogo T Zero/T Um, logo que exista disponibilidade de fogo com a tipologia adequada. -----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- A aplicação do valor de renda num montante de oito euros e oitenta seis cêntimos. de acordo com os rendimentos do agregado familiar. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

30 - PROPOSTA Nº. 360/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO MOVIMENTO DE DEFESA DA VIDA (MDV), PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO “PROJETO FAMÍLIA”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE PORTO SALVO, NO ÂMBITO DO PRR:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira ao Movimento de Defesa da Vida (MDV), no valor de cento e noventa e sete mil novecentos e seis euros e vinte e seis cêntimos, para a implementação do “Projeto Família”, na Operação Integrada Local (OIL) de Porto Salvo, constituindo uma despesa plurianual com os seguintes efeitos financeiros: -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e três: -----

-----vinte e quatro mil quinhentos e oitenta e nove euros e trinta e seis cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a assinatura do contrato-programa; -----

-----vinte e quatro mil quinhentos e oitenta e nove euros e trinta e seis cêntimos, com a entrega do primeiro relatório financeiro semestral. -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e quatro: -----

-----trinta e sete mil dezassete euros e noventa e sete cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do segundo relatório financeiro semestral; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- trinta e sete mil dezassete euros e noventa e oito cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do terceiro relatório financeiro semestral. -----

----- Para o ano de dois mil e vinte e cinco:-----

----- trinta e sete mil trezentos e quarenta e cinco euros e setenta e nove cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do quarto relatório financeiro semestral; -----

----- trinta e três mil seiscentos e onze euros e vinte e dois cêntimos, quarenta e cinco por cento do valor anual, com a entrega do quinto relatório financeiro semestral;-----

----- três mil setecentos e trinta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos, cinco por cento do valor anual, com a entrega do relatório final do projeto. -----

----- A minuta do contrato programa.-----

----- A designação de técnico superior do Departamento de Desenvolvimento Social, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato. -- -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número vinte e nove-B, de dois mil e vinte e um, de quatro de maio. -----

----- Portaria número cinquenta e três-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e quatro de janeiro. ---- -----

----- Portaria número cento e noventa e três, de dois mil e vinte e um, de quinze de setembro. - -----

----- Artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas d), r) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números

um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro -----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c).-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

31 - PROPOSTA Nº. 361/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PALCO UNÂNIME, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “BAIRRO ENCENA”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE CARNAXIDE E QUEIJAS, NO ÂMBITO DO PRR:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à Associação Palco Unânime, no valor de cento e quarenta e oito mil quatrocentos e sete euros e vinte e um cêntimos, para a implementação do Projeto “Bairro EnCena”, na Operação Integrada Local (OIL) de Carnaxide e Queijas, constituindo uma despesa plurianual com os seguintes efeitos financeiros: -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e três: -----

-----vinte e nove mil seiscientos e oitenta e um euros e quarenta e cinco cêntimos,



Câmara Municipal
de Oeiras

cinquenta por cento do valor anual, com a assinatura do contrato-programa;-----
----- vinte e nove mil seiscientos e oitenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos,
cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do primeiro relatório financeiro semestral.-----
----- Para o ano de dois mil e vinte e quatro: -----
----- vinte e dois mil oitocentos e trinta e um euros e oitenta e oito cêntimos, cinquenta por
cento do valor anual, com a entrega do segundo relatório financeiro semestral; -----
----- vinte e dois mil oitocentos e trinta e um euros e oitenta e sete cêntimos, cinquenta por
cento do valor anual, com a entrega do terceiro relatório financeiro semestral. -----
----- Para o ano de dois mil e vinte e cinco:-----
----- vinte e um mil seiscientos e noventa euros e vinte e nove cêntimos, cinquenta por
cento do valor anual, com a entrega do quarto relatório financeiro semestral;-----
----- dezanove mil quinhentos e vinte e um euros e vinte e cinco cêntimos, quarenta e
cinco por cento do valor anual, com a entrega do quinto relatório financeiro semestral;-----
----- dois mil cento e sessenta e nove euros e três cêntimos, cinco por cento do valor
anual, com a entrega do relatório final do projeto. -----
----- A minuta do contrato programa;-----
----- A designação de técnico superior do Departamento de Desenvolvimento Social,
como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste
contrato. -- -----
----- Nos termos do Decreto-Lei número vinte e nove-B, de dois mil e vinte e um, de
quatro de maio. -----
----- Portaria número cinquenta e três-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e quatro de
janeiro.-----
----- Portaria número cento e noventa e três, de dois mil e vinte e um, de quinze de
setembro. - -----

-----Artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas d), r) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c).-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

32 - PROPOSTA Nº. 362/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO PALCO UNÂNIME, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “BAIRRO ENCENA”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE PORTO SALVO, NO ÂMBITO DO PRR:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de



Câmara Municipal
de Oeiras

comparticipação financeira à Associação Palco Unânime, no valor de cento e quarenta e oito mil quatrocentos e sete euros e vinte e um cêntimos, para a implementação do Projeto “Bairro EnCena”, na Operação Integrada Local (OIL) de Porto Salvo, constituindo uma despesa plurianual com os seguintes efeitos financeiros: -----

----- Para o ano de dois mil e vinte e três:-----

----- vinte e nove mil seiscentos e oitenta e um euros e quarenta e cinco cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a assinatura do contrato-programa;-----

----- vinte e nove mil seiscentos e oitenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do primeiro relatório financeiro semestral.-----

----- Para o ano de dois mil e vinte e quatro: -----

----- vinte e dois mil oitocentos e trinta e um euros e oitenta e oito cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do segundo relatório financeiro semestral; -----

----- vinte e dois mil oitocentos e trinta e um euros e oitenta e sete cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do terceiro relatório financeiro semestral. -----

----- Para o ano de dois mil e vinte e cinco:-----

----- vinte e um mil seiscentos e noventa euros e vinte e nove cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do quarto relatório financeiro semestral;-----

----- dezanove mil quinhentos e vinte e um euros e vinte e cinco cêntimos, quarenta e cinco por cento do valor anual, com a entrega do quinto relatório financeiro semestral;-----

----- dois mil cento e sessenta e nove euros e três cêntimos, cinco por cento do valor anual, com a entrega do relatório final do projeto. -----

----- A minuta do contrato programa;-----

----- A designação de técnico superior do Departamento de Desenvolvimento Social, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato. -- -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número vinte e nove-B, de dois mil e vinte e um, de quatro de maio.-----

-----Portaria número cinquenta e três-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e quatro de janeiro.-----

-----Portaria número cento e noventa e três, de dois mil e vinte e um, de quinze de setembro.-----

-----Artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas d), r) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c).-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

33 - PROPOSTA N.º 363/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ORQUESTRA DE CÂMARA PORTUGUESA, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO



Câmara Municipal
de Oeiras

**“SEMENTES”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE PORTO SALVO, NO
ÂMBITO DO PRR: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à Orquestra de Câmara Portuguesa, no valor de duzentos e setenta e três mil euros, para a implementação do Projeto “Sementes”, na Operação Integrada Local (OIL) de Porto Salvo, constituindo uma despesa plurianual com os seguintes efeitos financeiros: -----

----- Para o ano de dois mil e vinte e três:-----

----- trinta e sete mil novecentos e seis euros e cinquenta cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a assinatura do contrato-programa; -----

----- trinta e sete mil novecentos e seis euros e cinquenta cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do primeiro relatório financeiro semestral. -----

----- Para o ano de dois mil e vinte e quatro: -----

----- quarenta e oito mil oitocentos e oitenta e quatro euros e cinquenta cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do segundo relatório financeiro semestral; -----

----- quarenta e oito mil oitocentos e oitenta e quatro euros e cinquenta cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do terceiro relatório financeiro semestral. -----

----- Para o ano de dois mil e vinte e cinco:-----

----- quarenta e nove mil setecentos e nove euros, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do quarto relatório financeiro semestral; -----

----- quarenta e quatro mil setecentos e trinta e oito euros e dez cêntimos, quarenta e cinco por cento do valor anual, com a entrega do quinto relatório financeiro semestral; -----

----- quatro mil novecentos e setenta euros e noventa cêntimos, cinco por cento do valor

anual, com a entrega do relatório final do projeto.-----
-----A minuta do contrato programa; -----
-----A designação de técnico superior do Departamento de Desenvolvimento Social, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato. --- -----
-----Nos termos do Decreto-Lei número vinte e nove-B, de dois mil e vinte e um, de quatro de maio.-----
-----Portaria número cinquenta e três-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e quatro de janeiro.-----
-----Portaria número cento e noventa e três, de dois mil e vinte e um, de quinze de setembro.-- -----
-----Artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas d), r) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----
-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----
-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----
-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----
-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----
-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c).-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

34 - PROPOSTA Nº. 364/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO QUERCUS, PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “EDUCAR PARA CUIDAR”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE PORTO SALVO, NO ÂMBITO DO PRR: -----

----- I - O **Senhor Vereador João Neves** referiu o seguinte: -----

----- “Vamos votar a favor, é certo, mas queríamos dizer que não temos nada a opor, mas entendemos que deveria ser envolvida a Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores já que o projeto é lá desenvolvido, eles são parte relevante no contacto com os moradores e mais ainda, já realizam atividades como as que aqui vão indicadas, como a limpeza do bairro, no âmbito do Projeto dos Bairros Saudáveis, mas votamos a favor.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte:-----

----- “Diz-me ali discretamente o Senhor Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social que foram envolvidos todos, aliás, isto é um programa participado, que é feito em articulação com o Município de Sintra e de Cascais, com uma componente elevada por parte do PRR, articulado no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, portanto, o plano é o mais escrutinado e amplo possível.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de participação financeira à Associação Quercus, no valor de quarenta mil quatrocentos e noventa e quatro euros e noventa e oito cêntimos, para a implementação do Projeto “Educar para

Cuidar”, na Operação Integrada Local (OIL) de Porto Salvo, constituindo uma despesa plurianual com os seguintes efeitos financeiros: -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e três: -----

-----cinco mil setecentos e quarenta e cinco euros e noventa centimos, cinquenta por cento do valor anual, com a assinatura do contrato-programa;-----

-----cinco mil setecentos e quarenta e cinco euros e noventa centimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do primeiro relatório financeiro semestral.-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e quatro: -----

-----seis mil novecentos e vinte e cinco euros e setenta e nove centimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do primeiro relatório financeiro semestral;-----

-----seis mil novecentos e vinte e cinco euros e oitenta centimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do segundo relatório financeiro semestral.-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e cinco: -----

-----sete mil quinhentos e setenta e cinco euros setenta e nove centimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do primeiro relatório financeiro semestral;-----

-----seis mil oitocentos e dezoito euros e vinte e dois centimos, quarenta e cinco por cento do valor anual, com a entrega do segundo relatório financeiro semestral;-----

-----setecentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e oito centimos, cinco por cento do valor anual, com a entrega do relatório final do projeto.-----

-----A minuta do contrato programa; -----

-----A designação de técnico superior do Departamento de Desenvolvimento Social, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato. --- -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número vinte e nove-B, de dois mil e vinte e um, de quatro de maio.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Portaria número cinquenta e três-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e quatro de janeiro.-----

----- Portaria número cento e noventa e três, de dois mil e vinte e um, de quinze de setembro.-----

----- Artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas d), r) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

----- Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c).-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

----- III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “Voto favoravelmente e saúdo este projeto. Esperamos que seja envolvida a Associação de Moradores do Bairro dos Navegadores, conforme afirmado em reunião, dado que essa informação não constava da proposta em deliberação.”-----

35 - PROPOSTA Nº. 365/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO MOVIMENTO DE DEFESA DA VIDA (MDV), PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO “PROJETO FAMÍLIA”, NA OPERAÇÃO INTEGRADA LOCAL (OIL) DE CARNAXIDE E QUEIJAS, NO ÂMBITO DO PRR: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira ao Movimento de Defesa da Vida (MDV), no valor de duzentos e noventa e cinco mil seiscientos e cinquenta e oito euros e quarenta cêntimos, para a implementação do “Projeto Família”, na Operação Integrada Local (OIL) de Carnaxide e Queijas, constituindo uma despesa plurianual com os seguintes efeitos financeiros:-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e três: -----

-----trinta e cinco mil oitocentos e noventa e sete euros e trinta e seis cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a assinatura do contrato-programa;-----

-----trinta e cinco mil oitocentos e noventa e sete euros e trinta e seis cêntimos com a entrega do primeiro relatório financeiro semestral. -----

-----Para o ano de dois mil e vinte e quatro: -----

-----cinquenta e cinco mil cento e setenta e três euros e noventa e seis cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do segundo relatório financeiro semestral;-----

-----cinquenta e cinco mil cento e setenta e três euros e noventa e sete cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do terceiro relatório financeiro semestral.-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e cinco: -----

-----cinquenta e seis mil setecentos e cinquenta e sete euros e oitenta e sete cêntimos, cinquenta por cento do valor anual, com a entrega do quarto relatório financeiro semestral;-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- cinquenta e um mil oitenta e dois euros e dez cêntimos, quarenta e cinco por cento do valor anual, com a entrega do quinto relatório financeiro semestral;-----

----- cinco mil seiscientos e setenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos, cinco por cento do valor anual, com a entrega do relatório final do projeto. -----

----- A minuta do contrato programa.-----

----- A designação de técnico superior do Departamento de Desenvolvimento Social, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato. -- -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número vinte e nove-B, de dois mil e vinte e um, de quatro de maio. -----

----- Portaria número cinquenta e três-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e quatro de janeiro. ---- -----

----- Portaria número cento e noventa e três, de dois mil e vinte e um, de quinze de setembro. - -----

----- Artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas d), r) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Código dos Contratos Públicos, artigo quinto, número quatro, alínea c). -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

36 - PROPOSTA Nº. 366/23 - DGREAE - TRANSPORTES ESCOLARES 2022/2023 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE TRANSPORTE AOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO PARA FREQUÊNCIA DE ESTÁGIOS PROFISSIONAIS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de subsídio de transporte escolar, no valor de mil duzentos e vinte euros, aos dezassete alunos do ensino secundário para frequência de estágios profissionais, nos meses de maio, junho e julho, do presente ano letivo, bem como a designação de técnico da Divisão de Gestão de Recursos Educativos e Administração Escolar (DGREAE), como gestor, por forma a acompanhar permanentemente a execução dos subsídios em questão. -----

-----Que existindo a eventual necessidade de redução do cabimento, o Serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante que deverá ser reduzido. -----

-----Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e h), alíneas u), gg) e hh), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos décimo primeiro, número dois, alínea b), da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigo trigésimo terceiro, números um e dois, trigésimo quarto e trigésimo sexto, do Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e dos artigos sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Código dos Contratos Públicos, alínea c), do número quatro, do seu artigo quinto.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

37 - PROPOSTA Nº. 367/23 - UJ - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CUSTOM CIRCUS, PARA A REALIZAÇÃO DA 14ª. EDIÇÃO “OEIRAS BAND SESSIONS”:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira, no valor de dezanove mil e quinhentos euros, à Associação Custom Circus, correspondente a cerca de setenta e seis por cento do valor estimado para a realização da décima quarta edição “Oeiras Band Sessions”. -----

----- A colaboração da Divisão de Turismo e Gestão de Eventos (DTGE) para as articulações necessárias e reserva dos espaços de atuação em palco para as bandas finalistas do Concurso (Banda vencedora no “Nos Alive” e segundo e terceiro lugares nas Festas do Concelho) e para a disponibilização de dez bilhetes para o “Festival Nos Alive dois mil e vinte e três”, a sortear entre o público na ocasião do evento final.-----

----- A colaboração do Gabinete de Comunicação (GC), para apoio na divulgação e promoção do evento.-----

-----Que a gestão do presente apoio seja assegurada por técnico da Unidade de Juventude.

-----Nos termos da alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

38 - PROPOSTA N.º 368/23 - UJ - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS 1278 DE BARCARENA PARA AS COMEMORAÇÕES DO 100.º ANIVERSÁRIO DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS, EM BRAGA :-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira, ao Agrupamento Mil Duzentos e Setenta e Oito de Barcarena, no valor de dois mil quatrocentos e trinta seis euros e cinquenta cêntimos, correspondendo a cinquenta por cento do valor total do encargo com a deslocação, respetivas inscrições, e refeições de setenta e três escuteiros do referido agrupamento a Braga, para as comemorações do



Câmara Municipal
de Oeiras

centésimo aniversário do Corpo Nacional de Escutas (CNE), em Braga. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Que na eventualidade de o apoio financeiro atribuído não ser executado na totalidade e havendo necessidade de redução do respetivo cabimento, a Unidade da Juventude informará o Departamento de Finanças e Património sobre o exato montante a reduzir. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea f) e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e do artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

39 - PROPOSTA Nº. 369/23 - UJ - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À PROATLÂNTICO - ASSOCIAÇÃO JUVENIL PARA A REALIZAÇÃO DA IIª. EDIÇÃO DA MOSTRA GASTRONÓMICA - TU ÉS A EUROPA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João

Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição do apoio financeiro, no valor de dois mil e quinhentos euros, à ProAtlântico - Associação Juvenil, para a realização da Segunda Edição da Mostra Gastronómica - Tu és a Europa. -----

-----A atribuição do apoio logístico com custo estimado no valor de oito mil trezentos e dez euros. - -----

-----O pedido de isenção de licença de ruído e recinto de diversão provisório. -----

-----A minuta do termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea f), artigo trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Alínea e), do número dois, do artigo trigésimo sétimo e número três, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município-----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

-----Artigos segundo, números um e dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e



Câmara Municipal
de Oeiras

treze, de vinte e sete de agosto. -----

40 - PROPOSTA Nº. 370/23 - UJ - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CLUBE RECREATIVO LEÕES DE PORTO SALVO, PARA A REALIZAÇÃO DO “OEIRAS GAMING 2023”, NO ÂMBITO DO MÊS DA JUVENTUDE: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, no valor de trinta mil euros, ao Clube Recreativo Leões de Porto Salvo, para apoio à realização do evento “Oeiras Gaming dois mil e vinte e três”, inserido no Mês da Juventude e correspondendo a setenta e cinco por cento do seu custo estimado em quarenta mil duzentos e cinquenta euros.-----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Que a gestão do presente apoio seja assegurada por técnico da Unidade de Juventude.

----- Que na eventualidade de a comparticipação financeira atribuída não ser executada na totalidade e havendo necessidade de redução do respetivo cabimento, a Unidade de Juventude informará o Departamento de Finanças e Património sobre o exato montante a reduzir. -----

----- Nos termos das alíneas d) e f), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

-----Números um e dois, do artigo segundo, alínea c), do número três, número um, do artigo terceiro, artigo quarto, números um e dois, do artigo quinto, e número um, do artigo nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Após a votação saiu da sala o **Senhor Vereador Pedro Patacho**. -----

41 - PROPOSTA Nº. 371/23 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À EIA - ENSINO E INVESTIGAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, S.A., PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA “ATLÂNTICA AEROWEEK 2023”, PELA AEROATLA - NÚCLEO DE ENGENHARIA AERONÁUTICA, DA UNIVERSIDADE ATLÂNTICA: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu o seguinte: -----

-----“Tive oportunamente de esclarecer algumas dúvidas que tinha sobre o projeto com os Serviços e, por isso, considero que também é importante referirmos aqui alguns factos, nomeadamente na área da investigação. -----

-----É importante o facto de o Município se estar a associar e ambicionar esta parceria numa aposta clara na investigação, nomeadamente no âmbito das aeronaves elétricas, um transporte rápido, inovador e ambientalmente limpo. -----

-----Isto é um posicionamento pioneiro na inovação aeronáutica e por isso damos aqui também os parabéns à Câmara Municipal de Oeiras por se estar a posicionar neste âmbito.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista,



Câmara Municipal
de Oeiras

Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de um subsídio, no valor de três mil e quinhentos euros, à EIA - Ensino e Investigação e Administração, Sociedade Anónima, ao abrigo da Estratégia Oeiras Ciência e Tecnologia, para apoio à realização da “Semana Aeronáutica”, da iniciativa da AeroAtla - Núcleo de Engenharia Aeronáutica, da Universidade Atlântica. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Que na eventualidade de não ser executado na totalidade o subsídio e havendo necessidade de redução do cabimento, o Serviço informará o Departamento de Finanças e Património sobre o montante a reduzir.-----

----- Nos termos da alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto. - -----

----- Artigos segundo, números um e dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto,

quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Voto a favor pelo mérito da proposta, alerto, no entanto, que a declaração de não dívida da Autoridade Tributária está caducada e deve ser substituída.” -----

42 - PROPOSTA Nº. 372/23 - GCAJ - INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NACIONAIS DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o início do procedimento das alterações ao Regulamento Municipal para atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior Nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. ----

-----Publicitar o início do procedimento na Internet, no sítio institucional do Município.--

-----Nos termos das alíneas d) e p), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas k), v), hh) e aaa), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Número um, do artigo nonagésimo oitavo, do Código do Procedimento Administrativo.-----

43 - PROPOSTA Nº. 373/23 - GCAJ - APROVAÇÃO DO PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E DE MÉRITO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR RESIDENTES NO CONCELHO DE OEIRAS, SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** questionou: -----

----- “Pergunto, se é possível adiar a proposta para a próxima reunião, porque foi um fim de semana duro de muitas propostas e já não consegui ver esta.” -----

----- A **doutora Irene Vicente** referiu:-----

----- “Trata-se de uma proposta para bolsas de estudo e de mérito para estudantes residentes no Concelho de Oeiras.-----

----- Esta proposta de regulamento vai estar em consulta pública durante trinta dias úteis, cerca de um mês e meio e nós gostaríamos muito de ter este regulamento aprovado para o próximo ano letivo, a proposta virá de novo à Câmara.”-----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Pode-se corrigir o que for preciso.”-----

----- O **Senhor Vereador João Neves** alegou:-----

----- “Trata-se de fazer a aprovação do projeto e não o que me parecia ser mais adequado, a aprovação da consulta pública, ou melhor, a proposta é de aprovação do regulamento propriamente dito, quando não é isso que está em causa, o que se está a aprovar é a consulta pública ou o projeto para consulta pública, se pudéssemos fazer essa precisão se calhar estaríamos mais confortáveis com isso.” -----

----- A **doutora Irene Vicente** referiu:-----

----- “Eu sei que é do foro jurídico, mas a consulta pública não seria de cariz obrigatório, foi entendimento fazê-lo em prol da transparência.”-----

----- Dizendo o **Senhor Vereador João Neves**: -----

----- “Sem dúvida e bem.”-----

----- Prosseguindo a **doutora Irene Vicente**: -----

----- “E da recolha de contributos para melhorar o regulamento e estamos, efetivamente, à espera que isso aconteça, os contributos são aceites e bem-vindos, porque pretendemos um

excelente regulamento em prol dos nossos estudantes.” -----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**: -----

-----“É para consulta pública, podem introduzir qualquer sugestão até vir de novo à Câmara.” -- -----

-----Observando o **Senhor Vice-Presidente**:-----

-----“Apesar de tudo, não é apenas semântica.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a submissão a consulta pública o novo Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo e de Mérito a Estudantes do Ensino Superior Residentes no Concelho de Oeiras. -----

-----Publicar o projeto no Boletim Municipal e no sítio da Internet do Município, acompanhado da respetiva nota justificativa, para efeitos da realização de consulta pública pelo prazo de trinta dias. -----

-----Nos termos da alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas k) e hh), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos centésimo e centésimo primeiro, do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Uma vez que são submetidos a deliberação dois pontos: “Ponto um. Aprovar o novo “Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo e de Mérito a Estudantes do Ensino Superior Residentes no Concelho de Oeiras” e “dois. Publicar o projeto no Boletim Municipal e no sítio da Internet do Município, acompanhado da respetiva nota justificativa, para efeitos da



Câmara Municipal
de Oeiras

realização de consulta pública pelo prazo de trinta dias, nos termos dos artigos centésimo e centésimo primeiro, do CPA, conforme modelo que se anexa” e uma vez que considero que no ponto um deveria estar indicado “aprovar a proposta de novo regulamento” entendo que não tendo sido feita essa correção na sequência das minhas questões voto abstenção, pois considero errado o procedimento de aprovar um regulamento ao mesmo tempo que é submetido a consulta pública.” -- -----

44 - PROPOSTA Nº. 374/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À IRMANDADE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA ROCHA PARA REALIZAÇÃO DAS CELEBRAÇÕES EM HONRA DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA ROCHA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Irmandade da Nossa Senhora da Conceição da Rocha, no montante de vinte e dois mil euros, para apoio à realização das celebrações de homenagem em honra da Nossa Senhora da Conceição da Rocha. -----

----- A minuta de contrato. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do

Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Números um e dois, do artigo segundo, do número um, do artigo terceiro, artigo quarto, dos números um e dois, do artigo quinto, e do número um, do artigo nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

45 - PROPOSTA Nº. 375/23 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADE PARCEIRA - NÚCLEO DE INSTRUÇÃO DE BENEFICÊNCIA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira ao Núcleo de Instrução e Beneficência, no montante global de trinta mil euros, no âmbito do Fundo de Emergência Social. -----

-----O compromisso do Município em:-----

-----Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba; -----

-----A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos.----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

46 - PROPOSTA Nº. 376/23 - GATPI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE DOM HENRIQUE, NO ÂMBITO DA INICIATIVA “POLIEMPREENDE”: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, no valor de dois mil euros, à Escola Superior Náutica Infante Dom Henrique, no âmbito da iniciativa “Poliemprende”.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d), e) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo octogésimo, número três, do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números

um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

47 - PROPOSTA Nº. 377/23 - GCAJ - AQUISIÇÃO DE UM CONJUNTO DE IMÓVEIS EM TALAÍDE - ANTIGA QUINTA DE SANTA BÁRBARA - APROVAÇÃO DA MINUTA DA ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA:-----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

48 - PROPOSTA Nº. 378/23 - GAP - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO NÃO HABITACIONAL COM A ASSOCIAÇÃO SPORT ALGÉS E DAFUNDO, REFERENTE AO “FOYER” DO ANTIGO “CINEMA STADIUM”, SITO NA AV. DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, NºS. 88, 88-A, 92, 92-A E RUA LUÍS DE CAMÕES, N.S 19, 19-B E 19-E DA EXTINTA FREGUESIA DE ALGÉS: -----

-----I - O **Senhor Vereador João Neves** referiu o seguinte:-----

-----“Quer o contrato, quer a proposta, o permitam, a nossa preocupação é que houvesse garantias de que este espaço pode também ficar disponível para entidades locais de Algés e não só. -----

-----Para estas que estão aqui apontadas na proposta, e bem, não pomos isso em causa, se houvesse essa garantia gostaríamos muito.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

-----“Vejo com muita dificuldade que isso possa acontecer, porque é para duas filarmónicas residentes. -----

-----O único espaço que vai ser ocupado é o “foyer” do rés-do-chão e o primeiro andar,



Câmara Municipal
de Oeiras

toda a sala fica desocupada, aliás, o Presidente do Clube esteve há dias numa reunião aqui na Câmara e uma das coisas que eles querem, não sei em que tempo, porque é preciso gastar lá muito dinheiro. -----

----- Já agora aproveito para dar essa informação, aqui há tempos, houve um grupo de sócios que enviaram uma carta à Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que o Presidente da Câmara teria informado erradamente a Assembleia Municipal quando disse que havia uma deliberação da Assembleia Geral do Clube e em que, finalmente, parece haver entendimento quanto à mudança de instalações e mandaram uma carta a dizer que não, que não havia negociação nenhuma, etc., e mandaram a ata da Assembleia onde a Direção terá dito que até àquela data não havia negociações, até porque não estavam mandatados para o efeito e a deliberação que propunham era que a Direção fosse mandatada pela Assembleia para encetar negociações com a Câmara tendentes a resolver o assunto. -----

----- Esse ponto da ordem de trabalhos foi aprovado, se não estou em erro, com cento e oito votos a favor e uma abstenção e a partir daí a Direção já reuniu comigo, justamente para nos transmitir que realmente estão interessados em encontrar uma solução para o Clube. -----

----- A Câmara Municipal tem a possibilidade, é isso que está a ser estudado, de disponibilizar um terreno em Linda-a-Velha, que possa acolher o Complexo Desportivo do Sport Algés e Dafundo. -----

----- Acontece que vai demorar ainda uns anos, cinco ou seis anos, porque é necessário o projeto, um projeto de grande complexidade, terá que ser um concurso público, depois a obra, encontrar financiamento, etc., portanto, é possível que durante cinco ou seis anos, aquela sala do antigo “Cinema Stadium” possa ser utilizada e é possível que com o Clube aquilo possa servir para outras entidades culturais ou sociais daquela zona da Freguesia.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa

Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a celebração do contrato para arrendamento não habitacional com a associação Sport Algés e Dafundo, do “Foyer” do antigo “Cinema Stadium”, parte integrante das frações autónomas, designadas pelas letras “A” e “B”, a que correspondem o rés-do-chão, com entrada pelo número noventa e dois do prédio urbano em regime de propriedade horizontal, sito na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra com os números oitenta e oito, oitenta e oito-A, noventa e dois, noventa e dois-A e Rua Luís de Camões números dezanove, dezanove-B e dezanove-E, da extinta Freguesia de Algés, Concelho de Oeiras, nos termos e condições constantes da minuta de contrato. -----

-----A designação de Chefe da Divisão do Património, como gestor deste contrato. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e), f) e m) e trigésimo terceiro, número um, alíneas g) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. -----

-----Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-

-----III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Voto abstenção pois, apesar da documentação subjacente à proposta o permitir, o Senhor Presidente da Câmara rejeitou liminarmente a nossa justa proposta de deixar a garantia de que o espaço a tomar em arrendamento pela CMO possa ser disponibilizado a outras associações



Câmara Municipal
de Oeiras

e entidades locais, dele necessitados.” -----

49 - PROPOSTA N.º 379/23 - SMPC - SEMANA DA PROTEÇÃO CIVIL 2023 - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE BONS SERVIÇOS A AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a concessão da Medalha Municipal de Bons Serviços, graus prata e ouro aos doze elementos:-----

----- -Medalha Municipal de Bons Serviços (grau prata) - seis propostas: -----

----- Sérgio André Nunes Paninho - Corpo de Bombeiros de Algés; -----

----- Isabel Maria Correia Martins Gomes - Corpo de Bombeiros de Barcarena; -----

----- Bruno Miguel Coelho Gomes Gralha - Corpo de Bombeiros de Linda-a-Pastora;-----

----- José António Santos Silva Gomes Sampaio Dias - Corpo de Bombeiros de Linda-a-Pastora; --- -----

----- Luís Filipe Esteves Queimado - Corpo de Bombeiros de Paço de Arcos;-----

----- Catarina Alexandra Albuquerque Alfama Rato - Corpo de Bombeiros de Paço de Arcos;----- -----

----- -Medalha Municipal de Bons Serviços (grau ouro) - seis propostas:-----

----- Isabel Maria Reis G. Teixeira Barão - Serviço Municipal de Proteção Civil; -----

----- Carmem Alexandra Gomes Moreno - Corpo de Bombeiros de Algés; -----

----- Paulo Alexandre Tavares Zenha - Corpo de Bombeiros de Carnaxide; -----

----- José António Martins Rijo - Corpo de Bombeiros de Dafundo; -----

----- Rute Isabel Ramirez Rodrigues - Corpo de Bombeiros do Dafundo; -----

----- Fernando Manuel Almeida Fernandes - Corpo de Bombeiros de Oeiras. -----

----- Nos termos do artigo sétimo, do Regulamento de Atribuição de Medalhas

Municipais. -----

50 - PROPOSTA N.º. 380/23 - UPGO P.º. 2021/97-DCAD - “PINTURAS DIVERSAS EM ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE IMÓVEIS MUNICIPAIS” - APROVAÇÃO DE REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão de preços definitiva, no montante de quatrocentos e setenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos, no âmbito da empreitada “dois mil e vinte e um/noventa e sete-DCAD - Pinturas diversas em elementos de construção civil de imóveis municipais”, conforme cálculo apresentado pela empresa Fraterna, Limitada. -----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

51 - PROPOSTA N.º. 381/23 - DOM - P.º. 2021/43-DEM - PISCINA MUNICIPAL DE BARCARENA - REQUALIFICAÇÃO - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS EXTRAORDINÁRIA: -----

-----I - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte intervenção:-----

-----“A Vereadora Joana Baptista já nos explicou há pouco que se ia inteirar em breve, pareceu-me, da conclusão da obra.”-----

-----Atalhou a **Senhora Vereadora Joana Baptista**:-----

-----“Esta sexta-feira vamos fazer uma visita à obra, quem irá ocupar e gerir, é a Oeiras Viva, o dono de obra, Município de Oeiras, e com o empreiteiro, para vermos se todos os trabalhos complementares foram executados e com a necessária qualidade, porque a



Câmara Municipal
de Oeiras

programação estipulava que o final da obra era no final de abril.” -----

----- Volveu o **Senhor Vereador João Neves**:-----

----- “Notamos que esse abril é já diferente da informação que tinha, que seria para janeiro de dois mil e vinte e três, oxalá se concretize. -----

----- No que toca à proposta propriamente dita, no seu ponto quatro - proposta, eu acho que seria útil ficar lá mencionado o valor. Ao longo da proposta são mencionados os reforços que são feitos, a média aritmética que é feita, mas acho que era útil para todos, para clareza da proposta, que ficasse lá referido o valor final daquilo que se está a ratificar e que foi aprovado.” -

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “Será feita essa alteração à proposta.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar o ato por si praticado, de aprovação da revisão de preços extraordinária da empreitada “Piscina Municipal de Barcarena - Requalificação” Processo dois mil e vinte e um/quarenta e três-DEM, adjudicada ao concorrente Tecnorém - Engenharia e Construções, Sociedade Anónima, no montante de cento e treze mil trezentos e trinta e sete euros e oitenta e um cêntimos, acrescido de IVA.-----

----- Considerando que já foi pago o valor de setenta e três mil setecentos e noventa e dois euros e cinquenta e sete cêntimos, a título de revisão ordinária provisória, o valor a pagar corresponde à diferença entre o valor agora apurado e o valor já liquidado, ou seja, de trinta e nove mil quinhentos e quarenta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos, acrescido de IVA-----

----- Nos termos do artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Artigos centésimo sexagésimo sétimo, número um, alínea c) e centésimo sexagésimo

nono, do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Votei favoravelmente no pressuposto da aceitação da correção da proposta de deliberação que deve incluir o valor financeiro em causa no seu ponto “Quarto - Proposta”. Não podemos deixar de referir que se trata de uma revisão de preços e que já ocorreram duas outras revisões provisórias, apresentadas na PD setecentos e setenta e três, de dois mil e vinte e dois (primeira revisão de preços provisória) em setembro de dois mil e vinte e dois e na PD trezentos e vinte e cinco, de dois mil e vinte e três, apesar de não ser referido na proposta aqui apresentada e trata-se da mesma empreitada de obra pública. Referimos ainda que em setembro de dois mil e vinte e dois questionámos se o prazo da obra seria cumprido em janeiro de dois mil e vinte e três como previsto, o que nos foi garantido que sim pela Vereadora Joana Batista, estranhámos por isso estarmos em maio de dois mil e vinte e três e fala-se agora da entrega da obra e do início da atividade em setembro no início do ano letivo.” -----

52 - PROPOSTA Nº. 382/23 - UPGO - Pº. 2023/6-DEM - REABILITAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE ALGÉS, APÓS AS INUNDAÇÕES DE DEZEMBRO - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO E NOMEAÇÃO DO RESPETIVO GESTOR: -----

-----I - O **Senhor Vereador João Neves** referiu o seguinte: -----

-----“Obviamente que estamos a favor de tudo o que puder mitigar esta preocupação que temos com a questão de estarem privados de um Centro de Saúde de proximidade, mantemos, no entanto, as maiores dúvidas sobre a possibilidade de se ultrapassarem as vulnerabilidades dos pisos subterrâneos e térreos também no Centro de Saúde, face à localização naquilo que é considerado pelos especialistas um leito de cheia da Ribeira de Algés, despesas que seriam estas e esperamos que não, mas outras que desconfiamos que sigam se não tivesse sido esta opção de localização do Centro de Saúde.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Sobre esta matéria é sempre bom de dizer que toda a baixa de Algés está em leito de cheia, assim como a baixa de Lisboa também está em leito de cheia, são situações históricas e o Centro de Saúde de Algés está na Rua Luís de Camões à semelhança de todos os prédios circundantes que têm caves e aquilo que se pretende é criar as condições adequadas, no sentido de salvaguardar a eventualidade de cheias.-----

----- Isso passa pelo estabelecimento de guardas que protejam a entrada de água, com uma espécie de comportas e, por outro lado, pela futura realização de obras na Ribeira de Algés, só aí, definitivamente, se erradicará a possibilidade de ocorrência de cheias naquela zona.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar e final e, conseqüentemente, adjudicação da proposta para execução da empreitada de obra pública denominada “Reabilitação do Centro de Saúde de Algés, após as inundações de dezembro” - Processo número dois mil e vinte e três/seis-DEM, do concorrente TRM - Technical Resources Management, Limitada, no montante de quatrocentos e quarenta e sete mil setecentos e noventa e seis euros, acrescido do IVA à taxa legal de seis por cento e prazo máximo de execução de noventa dias. -----

----- A minuta do contrato. -----

----- A nomeação do gestor do contrato. -----

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois, centésimo quadragésimo oitavo e nonagésimo oitavo e octogésimo oitavo, número um, alínea a), do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Artigos vigésimo terceiro e trigésimo terceiro, número um, alínea f) e alínea bb), da

Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos), artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos. -

-----III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Voto favorável, pois urge resolver o problema dos munícipes que estão há meses privados de um Centro de Saúde de proximidade. -----

-----Não posso, porém, deixar de reiterar as nossas maiores dúvidas sobre a possibilidade de esta, ou qualquer outra intervenção, seja capaz de ultrapassar as vulnerabilidades de conceção dos pisos inferiores deste edifício decorrentes da sua localização em leito de cheia da Ribeira de Algés como o próprio Presidente da CMO reconheceu, nesta reunião, ser toda a zona em que se insere, nomeadamente entre a Avenida dos Bombeiros Voluntários e a Rua Doutor Manuel de Arriaga.” -- -----

53 - PROPOSTA Nº. 383/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 7ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de vinte e um de abril de dois mil e vinte e três, da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/oito mil quatrocentos e noventa e sete, referente à sétima alteração orçamental permutativa de dois mil e vinte e três, no valor movimentado de um milhão cento e dezassete mil seiscentos e trinta e três euros e vinte e seis cêntimos, na despesa.-----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois



Câmara Municipal
de Oeiras

de fevereiro.-----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

**54 - PROPOSTA Nº. 384/23 - GCI - ACORDO DE COLABORAÇÃO E PARCERIA A
CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A MAGELLAN 500:-----**

----- I - O **Senhor Vereador João Neves** aludiu o seguinte:-----

----- “Temos sérias dúvidas sobre esta proposta, não vem concretizado o objeto do acordo.

----- Pede-se a aprovação da minuta do anexo um, que até onde consegui ver não estava lá e, por fim, também na própria proposta de deliberação não vem indicado o gestor do projeto, ou seja, o conteúdo é importante, mas também há questões de forma que nos levam aqui a fazer essas questões.”-----

----- A **doutora Ágata Midões** esclareceu:-----

----- “Eu estava aqui para responder mais pela Aero Week, do que propriamente por este, que não acompanhei tanto.-----

----- Não sei responder a essa questão do gestor, até confesso que julguei que seria pós reunião que ficava definido que iria ser nomeado o gestor de projeto, foi essa a minha leitura, mas não sei, confesso se é correta ou não, estou agora numa posição ingrata visto que, inclusivamente o Vereador Pedro Patacho não está.-----

----- De qualquer modo, isto para precisar algumas questões, trata-se de um acordo e aquilo que se pretende aqui é que haja um estudo para ver possíveis localizações para esta questão dos locais de descolamento de aeronaves, nomeadamente vertical, isto tudo por causa das tecnologias, tem uma parte que é muito sigilosa e, por isso, isso está vertido para esse protocolo.- -----

----- É para esse estudo todo, para ver se há locais que, de facto, façam sentido no Concelho identificá-los e que depois sejam postos à consideração e, por isso, por um lado, diz

que não há obrigatoriedade futura do Município licenciar, isso será uma fase posterior e que terá o seu caminho e, por outro lado, também da parte do promotor se achar que não é viável aqui no Concelho, que os locais não são apropriados, então também a própria Câmara não pode estar a insistir, ficam salvaguardadas, julgo eu, as partes.” -----

-----O **Senhor Presidente** acrescentou: -----

-----“Foi bem explicado, mas eu posso dar as explicações complementares que entenderem, na medida que carros voadores é a minha especialidade, como sabem já foi realizado um polígrafo, porque alguém pôs em causa, dizendo que eu tinha referido numa Assembleia Municipal que em breve iria haver carros voadores, puseram isso em causa e o polígrafo veio confirmar que sim, pelos vistos eu tinha razão.-----

-----Do que se trata aqui é realmente, no âmbito daquilo que é o posicionamento de Oeiras, no âmbito da Agenda da Ciência e Tecnologia, naturalmente que somos procurados, o que significa realmente um sucesso, ainda hoje, o Senhor Vereador Pedro Patacho teve oportunidade de referir aqui a participação dele no ITQB na posse do novo Diretor e as palavras, digamos, elogiosas, que foram dadas pelo Diretor cessante à Câmara Municipal, justamente pelo facto de ter contribuído para a integração do ITQB no contexto do Campus Científico e Tecnológico do Concelho e, particularmente desta zona.-----

-----Do que se trata aqui é de um acordo que visa a identificação por parte da Câmara Municipal de possíveis localizações dos chamados “VertiPort”, que são uma espécie de pistas de aterragens e de levantamento desses carros do futuro, que já há e Oeiras está, neste momento, no centro desta discussão e ao identificar locais possíveis, caberá depois à outra parte saber se isso é possível ou não é, no sentido de se realizarem testes que permitam, eventualmente, o desenvolvimento desse tipo de veículos em Portugal.” -----

-----O **Senhor Vereador João Neves** alegou: -----

-----“Ainda assim, achamos que estas questões formais que estão em falta e se os carros



Câmara Municipal
de Oeiras

voadores não vierem nos próximos quinze dias, o que admito que seja um facto, proponha o adiamento da votação da proposta.”-----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Não podemos adiar, não faz sentido, é o que é, a Câmara aprova ou não, não tem custos para a Câmara Municipal, é um mero estudo.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o acordo de colaboração e parceria no âmbito da Mobilidade Elétrica Aérea entre a Magellan Quinhentos - Empreendimentos Aeronáuticos, Limitada e o Município de Oeiras. -----

----- Designação de gestor do acordo de colaboração. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, números um e dois, alínea m) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), r) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos.-----

----- III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Voto contra, uma vez que a proposta de deliberação apresentada está incompleta já que não indica o gestor a nomear e votar uma proposta em que no nome do gestor está simplesmente uma linha em branco não é correto. Solicitei o adiamento da proposta para que fosse corrigida e não tendo sido adiada, votamos contra. Considero ainda que deveria ter sido adicionado o projeto/proposta do promotor para análise e não foi.”-----

55 - PROPOSTA Nº. 385/23 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À MAAC - MÚSICA ANTIGA ASSOCIAÇÃO CULTURAL, PELA PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO “XVI WEST COAST EARLY MUSIC FESTIVAL 2023, EM OEIRAS”: ----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma participação financeira, no valor de vinte e cinco mil euros, à MAAC - Música Antiga Associação Cultural, pela promoção e organização do décimo sexto “West Coast Early Music Festival dois mil e vinte e três, em Oeiras”. -----

-----A emissão das licenças camarárias necessárias e subsequente reconhecimento de isenção do pagamento das respetivas licenças. -----

-----A minuta de protocolo de colaboração com a MAAC - Música Antiga Associação Cultural. --- -----

-----Disponibilização e cedência de espaços no Palácio Marquês de Pombal necessários à realização do evento. -----

-----A designação como gestor do protocolo, o Chefe de Divisão de Cultura e Artes. -----

-----Que na eventualidade de a participação financeira atribuída não ser executada na totalidade e havendo necessidade de redução do respetivo cabimento, a DAC informará o Departamento de Finanças e Património sobre o exato montante a reduzir. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro e artigo trigésimo sétimo, número dois, alínea d) e



Câmara Municipal
de Oeiras

número três, do Regulamento de Permissões Administrativas Taxas e outras Receitas do Município de Oeiras. -----

----- Artigos segundo, números um, dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.- -----

56 - PROPOSTA N.º 387/23 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ROAD 21 - PORTUGAL CLASSIC ASSOCIATION PARA A REALIZAÇÃO DA “FIVA WORLD RALLY PORTUGAL 2023” - APOIO LOGÍSTICO E ISENÇÃO DE TAXAS:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, no valor de trinta e cinco mil euros, à “Road Vinte e Um - Portugal Classic Association” destinada a apoiar a organização e realização do “Fiva World Rally Portugal dois mil e vinte e três”.-----

----- Apoiar logisticamente o “Fiva World Rally Portugal dois mil e vinte e três”.-----

-----Isentar de pagamento o valor tabelado como preço, no montante de dois mil quinhentos e oitenta e nove euros e trinta cêntimos, pela utilização temporária do estacionamento da Adega do Palácio dos Marqueses de Pombal.-----

-----A emissão das licenças camarárias necessárias e subsequente reconhecimento de isenção do pagamento das respetivas licenças, no valor de seis mil trezentos e cinquenta e três euros e noventa cêntimos, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----A minuta do protocolo. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea f) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u), ff) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos décimo quinto, alínea d) e décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Artigos trigésimo oitavo e trigésimo nono, do Regulamento de Permissões Administrativas, Taxas e Outras Receitas do Município de Oeiras.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remete para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos primeiro, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e o artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do



Câmara Municipal
de Oeiras

Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigo trigésimo sexto, número um, conjugado com o artigo terceiro, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

57 - PROPOSTA Nº. 388/23 - DCA - FIXAÇÃO DO PREÇO DOS BILHETES RELATIVOS À PROGRAMAÇÃO CULTURAL REGULAR PARA O MÊS DE MAIO 2023 NO AUDITÓRIO MUNICIPAL RUY DE CARVALHO E DEFINIÇÃO DA ENTIDADE PARA QUEM REVERTE A RECEITA PRODUZIDA COM A SUA VENDA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a fixação do preço dos bilhetes, na programação a apresentar em maio no Auditório Municipal Ruy de Carvalho, nos seguintes termos:-----

----- Bilhete individual (plateia) - Concerto “Cantigas de Maio” - oito euros;-----

----- Bilhete individual (plateia) - Concerto “Carlos Mendes - Viagem ...” - oito euros;-----

----- Bilhete individual (plateia) - Concerto de “Joana Espadinha” - oito euros;-----

----- Bilhete individual (balcão) - Espetáculo “Cantigas de Maio” - seis euros;-----

----- Bilhete individual (balcão) - Concerto “Carlos Mendes - Viagem ...” - seis euros;-----

----- Bilhete individual (balcão) - Concerto de “Joana Espadinha” - seis euros.-----

----- Que a receita produzida pela venda de bilhetes para os espetáculos referidos, reverta na totalidade para o Município de Oeiras.-----

----- Que a venda dos ingressos para os espetáculos decorra na totalidade dos postos municipais de bilhética - Posto de Turismo de Oeiras (Palácio Marquês de Pombal), Auditório Municipal Eunice Muñoz, Auditório Municipal Ruy de Carvalho, Palácio Anjos, Centro Cultural Palácio do Egipto e Museu da Pólvora Negra, bem como em todos os postos de venda da rede

“Ticketline”.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea e), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

-----Artigos décimo quarto, alínea f) e vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

-----Artigo quinto, número um, alínea b), do Decreto-Lei número vinte e dois, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. -----

-----Decreto-Lei número vinte e três, de dois mil e catorze, de catorze de fevereiro. -----

58 - PROPOSTA N.º 389/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OEIRAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO, NO ÂMBITO DO PROJETO DO NOVO QUARTEL: -----

-----Nesta votação não participou a **Senhora Vereadora Susana Duarte** devido a ausência momentânea. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e João Neves, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro no montante de cento e doze mil oitenta euros e setenta e dois cêntimos, a entregar à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oeiras, que corresponde à comparticipação do Município de Oeiras na aquisição de equipamentos e mobiliário para o novo quartel.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de



Câmara Municipal
de Oeiras

dezoito de agosto. -----

----- Artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto. --- -----

----- Após a votação entrou na sala o **Senhor Vereador Pedro Patacho** e saiu definitivamente a **Senhora Vereadora Carla Rocha**. -----

59 - PROPOSTA Nº. 386/23 - DPU - P2/2020/16 - LICENCIAMENTO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO NO ALTO DO LAGOAL, REQUERIDO POR “THE SILVERMONT INVESTMENTS, UNIPessoal, LDA.”:-----

----- I - O **arquiteto Luís Baptista Fernandes** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, sem prejuízo das condições audiovisuais, que não sendo as melhores, penso que vamos conseguir transmitir aquilo que nós queríamos apresentar. -----

----- Eu recordo que esta proposta que está aqui não era necessariamente sujeita a inquérito público, no entanto, é uma intervenção urbanística, que se arrasta há já alguns anos, com algumas expectativas para os moradores, sobretudo do Alto do Lagoal e nós entendemos que não só devíamos ser mais exigentes na análise, na condução desta operação, como devíamos, não só abrir à discussão pública, apesar de não ser formalmente obrigatório, como ainda fazer uma apresentação, porque dá-se a circunstância dela ter sido devolvida por um projetista, o arquiteto Gonçalo Byrne e achámos que era adequado que ele fizesse a apresentação, porque nós consideramos que a proposta é muito válida e como tal é merecedora desta apresentação especial.” - -----

----- Relativamente a esta proposta o **arquiteto Gonçalo Byrne** efetuou uma apresentação em “PowerPoint”, a qual fica inserida no SND e começou por dizer o seguinte: -----

----- “Como o arquiteto Luís Baptista Fernandes disse, é um processo que já se arrasta há algum tempo e efetivamente tem havido um sistema de tentativa de ir melhorando o processo. ---

----- Indico uma fotografia de satélite que mostra mais ao menos a localização, que é na

costa atlântica, já fora da zona do Bugio, o terreno está numa zona alta de Caxias, um terreno que confina com a Cooperativa da CHELAG.-----

-----Isto é uma imagem da entrada da Rua Bartolomeu Dias, a rua que delimita a sul todo o desenvolvimento da Cooperativa da CHELAG e este projeto de loteamento vai incidir sobre o terreno que está para sul, nascente, sudeste da Rua Bartolomeu Dias e tem um segundo lote aqui no cruzamento da entrada, são ruas de sentido único que se vê aqui na imagem aérea.-----

-----Toda a extensão da Cooperativa CHELAG, que ocupa a parte mais alta, a melhor vista, digamos, a Rua Bartolomeu Dias que faz o confinamento a sul com a CHELAG e a outra rua que tem o sentido que converge e que liga aqui em baixo.-----

-----Este terreno, é um terreno atualmente não construído, está confinado por este bairro, por um núcleo de moradias que ocupa aqui uma fatia e que tem este desenvolvimento. -----

-----São cinquenta casas ao todo, com alturas limitadas, de dois pisos na média, haverá um caso ou outro que vai até três pisos, são casas geminadas, em que há um acesso automóvel interno que centra aqui e se distribui ao longo de uma espécie de alameda interior e depois há um núcleo junto ao terreno mais baixo de uma casa um bocadinho maior, porque faz um pouco pandã com as casas que já existem hoje aqui. -----

-----Este terreno faz parte também do loteamento, um equipamento que pertence à urbanização, mas é para abrir a uso público.-----

-----Há dois lotes, um lote que apanha todo este terreno e o outro lote que apanha a esquina da Rua Bartolomeu Dias e que também tem um grupo de cinco casas.-----

-----Os dois lotes totalizam cinquenta fogos, tem doze mil seiscentos e noventa metros quadrados construídos a cima do solo e quatro mil trezentos e setenta metros quadrados abaixo do solo e que são basicamente espaços de garagem ou de estacionamento interno. -----

-----Depois um constrangimento também que havia, na Rua Bartolomeu Dias a altura que sobe é apenas um piso com uma cêrcea máxima de cinco metros para não quebrar o sistema de



Câmara Municipal
de Oeiras

vistas da CHELAG sobre o mar à distância e que se vê aqui na ponta nordeste, a Rua Bartolomeu Dias chega aqui e nós vemos, aqui há um lote de quatro moradias um pouco maiores, mas sem nunca ultrapassar esta altura, depois continua para aqui e esta cota praticamente não se vê as coberturas que de resto também por exigência são coberturas verdes, coberturas plantadas, vê-se aqui numa fotografia digital. -----

----- Na Rua Bartolomeu Dias o acesso automóvel é centralizado aqui com uma entrada e uma saída, porque é uma rua de sentido único e que vai servir uma alameda, uma rua de distribuição comum em que dá acesso a todos os estacionamento que pertencem às casas. -----

----- Distribuição das unidades por blocos, interrompidos por eixos visuais, é outra questão importante, tudo o que é vazio, espaços públicos principais tem seguimento com espaços vazios na organização destas casas, visto que tem um piso por trás e há outras aqui e ali que não têm continuidade, mas de qualquer maneira tem sempre estes eixos visuais que correspondem a estes atravessamentos. -----

----- Isto é uma fotografia tirada numa das ruas da CHELAG em que tem a descida, a vista ao fundo do mar e a Rua Bartolomeu Dias interrompe aqui, à medida que se desce continua-se a ter esta vista sobre toda a foz do Tejo. -----

----- Outra questão importante, é que há a criação de dois atravessamentos com utilização pública e pública condicionada, para reforço das ligações pedonais da encosta. Um está no limite a sul e é um caminho completamente público, o outro é um caminho público, uma servidão pública, que liga toda esta parte da Cooperativa com a rua de baixo nos dois sentidos, tem vários episódios, vamos ver depois algumas imagens. -----

----- Esta é uma que pode ser condicionada em termos de horários de uso, mas em princípio são de servidão pública. -----

----- Esta é uma vista do caminho pedonal a sul, é onde começa o novo empreendimento e aqui é o existente, portanto, é uma descida com enquadramento paisagístico e esta é a outra

segunda, que é o caminho pedonal norte já próximo da chegada à curva em baixo, no sul, onde está esta casa que eu disse que era uma vivenda maior porque faz pandã com as outras três que existem aqui neste sítio a sul. -----

-----Aqui vê-se precisamente aquela vista que tínhamos antes, tirada daqui para baixo e esta é a partir da rua de baixo, a servidão pública que sobe e atravessa até à CHELAG. -----

-----Esta é uma moradia que faz pandã, é nova, mas é no seguimento das outras, no fundo vemos um pouco aqui este conjunto e tem esta aqui.-----

-----Aqui é uma vista, é uma solução de coberturas ajardinadas que permitem camuflar o empreendimento, diminuindo a sua presença na paisagem, especialmente nos pontos de vista a partir de cima para baixo, a partir da CHELAG, de resto, esta questão depreende-se também com uma tentativa, um projeto, uma proposta de paisagem que é feita pelo arquiteto paisagista que tende a densificar e quer o maciço arbóreo que já existe aqui e é prolongado sobretudo por este eixo central e que vai criar uma densidade verde importante, também do ponto de hoje em dia das questões da sustentabilidade é significativo para o desenvolvimento. -----

-----Finalmente, a solução de coberturas ajardinadas como eu já disse e que se vê aqui a partir de outro ângulo, é completamente diferente, portanto, todo o enquadramento da CHELAG e no fundo a parte toda construída com a área verde bastante presente. -----

-----Outra questão, é um aumento da oferta de estacionamento em via pública com uma tipologia em espinha para maximizar o rendimento e temos setenta e três lugares que não existem hoje distribuídos ao longo da Rua Bartolomeu Dias e que são de uso público. -----

-----Outra questão que acontece e voltamos à imagem anterior é que todas as casas que estão ao longo da Rua Bartolomeu Dias e que não têm a atual altura limitada a cinco metros, dispõem também de entradas diretas a partir da rua o que dá uma maior ligação entre quem mora aqui e quem mora na rua de trás, portanto, tem acesso direto a partir daqui.” -----

-----O **Senhor Vereador João Neves** disse o seguinte: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Muito obrigado pela apresentação, começava por pedir que a apresentação fosse junta à ata desta reunião e a questão prévia que trazia tem a ver com o seguinte: -----

----- O Código do Procedimento Administrativo exige que seja publicado o relatório de consulta pública e dado conhecimento do mesmo aos interessados, não foi cumprido este passo pelo que consideramos que a proposta não está em condições de ser votada.-----

----- Propomos que seja retirada, seja cumprida a lei e depois publicado o relatório de consulta pública e dado conhecimento do mesmo aos cidadãos e associações de Oeiras que participaram nessa consulta, para que a proposta com a devida ponderação e incorporação dos contributos da consulta pública possa regressar a esta Câmara para ser votado.-----

----- De facto, no anexo quatro está o relatório de consulta pública em que se propõe dar conhecimento aos dez participantes e à titular do processo, mas nunca foi dado conhecimento aos participantes nem prestados quaisquer esclarecimentos.”-----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Ora bem, para já não é obrigatória a consulta pública, mas diga lá arquiteto Luís Baptista Fernandes.”-----

----- O **arquiteto Luís Baptista Fernandes** explicou o seguinte: -----

----- “Eu posso estar equivocado, mas justamente por essa razão, nós na sequência desta deliberação de Câmara ou da tomada de decisão da Câmara, iremos dar conhecimento a toda a gente do relatório de ponderação e todas as peças relativamente àquilo que as pessoas questionaram à Câmara, porque há diferentes matérias, há uns que falaram do estacionamento, outros falam do pulmão verde, outros falam do excesso de casas, enfim, foram arrumados por grupos e vamos comunicar.-----

----- Aliás, quando o Senhor Presidente despachou o parecer final da proposta de deliberação estava implícita a comunicação aos interessados. -----

----- Eu acho que a proposta não está ferida de legalidade, porque não é obrigatório o

inquérito público.”-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** disse o seguinte:-----

-----“Era apenas para cumprimentar o arquiteto pela qualidade da proposta que aqui nos traz e pelo que me apercebi que vem em muito melhorar, quer em acessibilidades, quer a imagem global desta zona do Concelho, neste bairro em concreto, quer até aumentando a oferta de estacionamento, de circulação, aumenta a qualidade de vida de todos os que moram na envolvente e, portanto, nessa matéria cumprimentar o arquiteto pela qualidade do projeto e agradecer a apresentação que aqui nos fez.”-----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte:-----

-----“Eu devo dizer que não é muito vulgar nós fazermos aqui elogios aos projetos que são apresentados, particularmente quando não são elaborados pela Câmara, obviamente quando são apresentados planos que são elaborados pela Câmara Municipal, pelos nossos técnicos, é natural que se faça o elogio, porque normalmente aquilo que são elaborados aqui são planos e os planos normalmente têm uma escala, uma natureza diferente.-----

-----Aqui estamos perante, na realidade, de um loteamento e é indiscutível que só uma equipa de arquitetura excelente, como é esta, liderada pelo arquiteto Gonçalo Byrne, eu acho que é uma honra ter projetos no Concelho da sua autoria e, de facto, nós estamos perante um terreno que pode parecer fácil à primeira vista, porque realmente tem uma vista fantástica, portanto, poderá dizer-se que qualquer arquiteto gostaria de fazer um projeto para aquele terreno, mas precisamente por isso, tem a sua complexidade e, portanto, integrá-lo naquele espaço único, não restam dúvidas que é necessária criatividade e génio proporcional à qualidade daquele espaço.---

-----Eu gosto muito desse projeto, acho que está muito bem e, sobretudo, está muito bem inserido, faz um excelente aproveitamento de todas as perspetivas, traduz-se numa valorização extraordinária daquele espaço, designadamente ao nível do edificado já existente, foi possível salvaguardar ligações de ponte para nascente, etc., portanto, acho que é muito bom o



Câmara Municipal
de Oeiras

aparecimento de projetos com esta qualidade no nosso Concelho. -----

----- Há pouco nós falávamos de habitação pública e é um papel que o Município deve defender e salvaguardar e, por isso, temos consciência da importância que se reveste às famílias a realização de habitação pública, que tem que ser o Estado e as Câmaras Municipais, neste caso, a Câmara Municipal a levar por diante, é indiscutível que ao nível da produção privada há que responder aos diferentes estratos de classe média, classe média alta, classe média superior e, portanto, este é um Concelho diversificado onde todos convivem harmoniosamente, de maneira que, este é um projeto de grande qualidade e eu quero dar os meus parabéns.-----

----- Arquiteto Gonçalo Byrne, obrigado pela vossa participação e esclarecimentos e aos Serviços de Planeamento da Câmara pelo acompanhamento deste projeto, que também estou certo que tiveram um contributo importante na melhoria do resultado final.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra do Senhor Vereador João Neves, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pedido de licenciamento de operação de loteamento sita no Alto do Lagoal, requerido por “The Silvermont Investments, Unipessoal, Limitada”.-----

----- Nos termos da alínea a), número um, do artigo vigésimo terceiro, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. -----

----- III - O **Senhor Vereador João Neves** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O nosso voto só poderia ser contra esta proposta, por várias razões. Desde logo, porque, tendo o Município lançado a Consulta Pública, independentemente de decorrer ou não da lei, os procedimentos deveriam ter sido corretos e não foram. Os cidadãos tiveram de se deslocar para consultar a documentação presencialmente nos Paços do Concelho, e tiveram de procurar a informação num computador, num ambiente nada amigável do ponto de vista do utilizador, numa

prática que dificulta a participação pública, que já várias vezes criticámos por contrariar o princípio da administração aberta e da transparência. Na era do digital, não disponibilizar as peças do processo “online” e obrigar os cidadãos a uma consulta presencial nestas condições é lamentável. -----

-----Além disso, a informação constante do anexo quatro, o suposto Relatório da Consulta Pública, não contém as dez participações feitas no âmbito da consulta, não responde convenientemente às questões levantadas, nem incorpora os contributos dados, e quem participou não foi esclarecido, nem recebeu o mencionado relatório de faz-de-conta-que-houve-participação. Estes simulacros de participação não podem deixar de suscitar o nosso repúdio. Grave é também a inexplicável ausência de resposta ao pedido de informação que a Vereadora Carla Castelo fez no dia doze de dezembro de dois mil e vinte e dois, e em que requereu o envio do pedido da Operação de Loteamento e fundamentação para tal, e saber se foram os moradores da CHELAG ouvidos sobre as pretensões para o terreno em causa, e se a Câmara Municipal tentou negociar com o IRHU uma opção para aquele terreno fosse à posse do Município para usufruto da população. -----

-----Quanto à operação de loteamento em causa, consideramos que há claramente um excesso de construção e que o Município deveria acautelar o interesse dos moradores do Alto do Lagoal, assegurando a manutenção de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva. Não é “forrando” as construções de verde que essa construção passa a solo permeável. -----

-----A área de construção do lote dois é excessiva tendo em conta a área do terreno, tendo um enorme impacto visual: um prédio numa zona de vivendas. Importa referir também que a escadaria projetada na proposta entre o lote dois e habitações existentes é demasiado estreita, sendo fundamental apurar o cumprimento dos regulamentos e segurança vigentes.-----

-----Segundo a informação que obtivemos junto de moradores, existe uma grande diferença entre o estudo prévio do IHRU de dois mil e nove e o que foi agora proposto,



Câmara Municipal
de Oeiras

nomeadamente, aumento para mais do dobro de área de construção e número de fogos; desaparecimento dos equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva, sendo cedida uma área na Rua Pêro de Alenquer, com apenas dois mil e novecentos metros quadrados, em troca dos quatro mil trezentos e cinquenta metros quadrados previstos em dois mil e nove. Ora, a nenhuma destas questões a Câmara respondeu na consulta pública, preferindo aprovar um projeto decidido nas costas dos moradores e contra os seus legítimos interesses.”-----

60 - PROPOSTA Nº. 265/23 - DGP - PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 17/2022, TENDO COMO APENSO O PROCESSO DISCIPLINAR Nº. 22/2022: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, através de escrutínio secreto, em que se verificaram sete votos a favor e três abstenções aprovar a proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, no sentido de ser aplicada ao trabalhador visado no Processo Disciplinar número dezassete, de dois mil e vinte e dois (que tem como apenso o Processo Disciplinar número vinte e dois, de dois mil e vinte e dois), como sanção adequada ao caso concreto, a sanção de despedimento disciplinar. -----

----- Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho. ----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

61 - PARECER SOBRE AS VOTAÇÕES EM PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO RELATIVAS ÀS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS: -----

----- O **Senhor Vereador Armando Soares** disse o seguinte: -----

----- “Na sequência da última reunião ordinária tinha sido solicitado pelo Senhor Presidente, um parecer relativo ao possível impedimento de alguns Vereadores em participar nas votações sobre as Associações Humanitárias de Bombeiros e eu tenho aqui este parecer, o qual influência as duas votações que estavam sob reserva na última reunião sobre a atribuição de subsídios para Associações Humanitárias de Bombeiros.-----

----- Passo a ler as conclusões:-----

-----“...Consequentemente, tenho por certo que os Vereadores que sejam Presidentes e Membros da Direção de uma Associação Humanitária de Bombeiros estão legalmente impedidos de intervir em qualquer procedimento, ato, ou contrato, que diga respeito à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, mais complexa nos parece ser a situação dos Vereadores que sejam membros da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal de tais Associações, uma vez que relativamente a eles não se pode seguramente afirmar que tenham, por si, ou como representantes da Associação Humanitária, interesse em tais procedimentos, atos, ou contratos, contudo e embora não se possa seguramente afirmar haver um impedimento, a verdade é que a ligação que possuem com a Associação fomentará sempre a suspeita de que enquanto Vereadores possam estar a patrocinar interesses da Associação Humanitária cuja Assembleia Geral, ou Conselho Fiscal integram, pelo que, pelo menos sobre eles empreenderá suspeição a que alude o artigo sexagésimo terceiro, do Código Processo Administrativo podendo-se com alguma razoabilidade duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão nos procedimentos referidos a tal Associação, por isso e não obstante não estarem assim pedidos, julgo que, pelo menos devem invocar a sua suspeição, até porque aos Vereadores não basta serem parciais, antes se exigindo que, igualmente, pareçam ser imparciais. -----

-----Nesse sentido ver o Princípio da Imparcialidade de Maria Teresa Ribeiro...”. -----

-----Eu garantidamente não posso porque sou representante de uma Associação, os Membros da Direção, da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, não podem participar nas votações. -- -----

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente:** -----

-----“É um parecer. -----

-----“É um parecer dos Bombeiros?”-----

-----Esclareceu o **Senhor Vereador Armando Soares:**-----

-----“Não, é do Paulo Veiga e Moura a quem nós pedimos muitos pareceres, eu desde



Câmara Municipal
de Oeiras

sempre que sei que enquanto Presidente da Associação Humanitária não posso mesmo participar, com pena minha, que gostava muito de aprovar subsídios para a Associação que presido, mas não posso.”-----

----- Volveu o **Senhor Presidente**: -----

----- “Não vamos discutir isso, eu discordo totalmente. -----

----- O pessoal que anda pelos partidos políticos, normalmente, está nas comissões de moradores, nas associações de moradores, nos clubes desportivos e culturais, nas associações de bombeiros e quanto mais estão na oposição, mais tentam apanhar essas coisas, porque os outros já não têm vagar e, portanto, normal é nós irmos a uma associação de bombeiros e quem está lá na Direção da Associação são militantes de partidos políticos, o que é natural, porque as pessoas têm propensão para a atividade política e de alguma forma são as mesmas que depois têm propensão para atividades desportivas e culturais e depois estão metidos nestas coisas todas.-----

----- Imaginem que todos os membros da Câmara estão ligados a clubes, bombeiros, estavam desgraçados, não recebiam subsídio, como é que se resolvia um problema desses? -----

----- Suponham que todos aqui são membros de associações de bombeiros, como é que se faia? -----

----- Uma coisa são negócios privados, uma coisa é fazer parte de uma instituição privada e votar qualquer coisa sobre essa instituição privada, outra coisa é uma instituição de solidariedade social, onde as pessoas não estão a defender os seus interesses. É esta perspetiva que o direito tem que analisar, um indivíduo que é representante dos bombeiros não está a defender qualquer interesse pessoal, está ali numa atitude graciosa, é diferente se tiver uma remuneração, se desenvolve a sua atividade graciosamente numa instituição de solidariedade social, eu tenho alguma dificuldade em aceitar isso, mas não há problema. -----

----- Assim sendo, o único que está inibido é o Vereador Armando Soares?”-----

----- O **Senhor Vereador Armando Soares** respondeu: -----

-----“Eu, a Vereador Ana Filipa Laborinho e a Vereadora Susana Duarte.” -----

-----Salientando o **Senhor Presidente**:-----

-----“Não há problema, há quórum, se não houvesse quórum é que era um problema.” ----

62 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

-----Às dezanove horas, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,



(Isaltino Morais)

A Diretora de Departamento,



Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho de
Ascensão / 500745943
2023.05.17 15:22:44 +01'00'

(Vera Carvalho)